

## ATA 1999<sup>a</sup> REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às nove horas e vinte minutos, 1 realizou-se a milésima noningentésima nonagésima primeira reunião Plenária Ordinária do 2 Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e 3 nove. Estiveram presentes 25 (vinte e cinco) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e 4 suplentes, a seguir indicadas/os: Andrea Mataresi, Aristeu Bertelli da Silva, Evelyn Sayeg, 5 Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Luciana Stoppa dos Santos, Maria das Graças 6 Mazarin de Araújo, Maria Rozineti Gonçalves, Monalisa Muniz Nascimento, Regiane 7 Aparecida Piva, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo Toledo, Suely Castaldi Ortiz da Silva, 8 Vinicius Cesca de Lima, Beatriz Borges Brambilla, Beatriz Marques de Mattos, Bruna 9 10 Lavinas Jardim Falleiros, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Márcio Magalhães da Silva, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira 11 Bicudo Guarnieri, Mary Ueta, Maurício Marinho Iwai e Rodrigo Fernando Presotto de 12 acordo com a lista de presença anexa, onde constam os registros de horários de ingresso 13 14 e saída do quórum das/os conselheiras/os, conforme decisão da 1973ª Plenária Ordinária, de 13 de maio de 2017. ORDEM DO DIA: I) INFORMES - 1.1) Justificativas de ausência 15 - Foram registradas as justificativas de ausência das/os demais conselheiras/os: Camila 16 Teodoro Godinho, Clarice Pimentel Paulon, Larissa Gomes Ornelas Pedott e Magna 17 Barboza Damasceno. 1.2) Início dos trabalhos da nova Diretoria - Luciana Stoppa 18 19 informa que a nova Diretoria iniciou os trabalhos esta semana, se apropriando das pautas que estavam pendentes: a) Reunião das Entidades Brasileiras da Ulapsi - Considera 20 importante contar sobre a reunião da Ulapsi, da qual participou na terça-feira, 03/10. Foi 21 22 uma reunião bastante importante para inserção neste grupo, que tem discutido questões relativas ao contexto da Latino-América. Na reunião, discutiram o evento que aconteceu 23 em 06 de outubro, na PUC, para pensar as questões da Resolução CFP nº 01/99. O CRP 24 não tinha se apropriado do processo e não pôde estar na atividade, mas gravou um vídeo 25 que compôs os debates. Também tomou ciência de que o CRP SP coordena a 26 comunicação da ULAPSI. Questiona se deve ser dado andamento nessa posição de 27 coordenação na Ulapsi, ou se se deve avaliar como se dará essa participação em termos 28 29 de CRP. Outra questão importante discutida e que deve ser pensada, oportunamente, por este plenário, é a pauta referente ao CBP - Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e 30 31 Profissão, que ocorrerá no próximo ano, em São Paulo. Cada entidade que compõe a 32 Ulapsi foi demanda a pensar como pode contribuir, diante de suas prerrogativas, diante de



34

35

36

37

38

39

40 41

42

43

44

45

46

47

48

49 50

51

52

5354

55

5657

58

59

60

61

62

63

64

65

66 67

suas especificidades, com discussões no Congresso e no CBP. Há uma tarefa, que é levar para a próxima reunião as atividades que o CRP poderá propor no Congresso. Haverá a Plenária no dia 28 de outubro, quando isso será pautado para pensar sobre que atividades que o CRP SP pode propor no Congresso, considerando quais são suas atribuições e, dentro disso, aquilo que pretende discutir e pautar no Congresso. Então, foi uma pauta interessante, relevante. Outra questão discutida é a construção de uma nota em apoio aos nossos países-irmãos que estão sofrendo com as catástrofes, calamidades naturais. Discutiu-se se deveria ser mesmo uma Nota, porque tem se tornado uma profissão de notas. Mas, seria apenas uma nota de apoio que desejam construir ou pode-se também fazer uma nota se dispondo a algum tipo de ajuda. O grupo deliberou que pensará em uma nota consultando esses países que estão sofrendo com essas emergências, para que a nota diga de que forma é possível ajudar nesse contexto todo, de muita destruição, pensar como as/os psicólogas/os desses países estão enfrentando essas questões e questionar às instituições da Psicologia nesses locais quais são as demandas e como podem ajudar. Essa foi uma das deliberações da reunião e, então, em breve, deverão ter esse documento que socializará com a plenária. b) Assembleias Extraordinárias - Outra questão é que, ao assumirem a Diretoria, tomaram ciência de que, ao final da gestão da Diretoria anterior, havia sido convocada uma Assembleia Extraordinária. Na verdade, duas Assembleias Extraordinárias, sendo que uma delas teria sido realizada no dia 26/09/2017, sendo que não possuem pautas deliberativas. Entenderam que era necessário realizar uma consulta a este plenário para a tomada de decisão de chamar uma Assembleia Extraordinária. Como essa consulta não havia sido feita, para entenderem a relevância das pautas, tomaram a decisão de suspendê-las, cancela-las e pautar na próxima Plenária Ordinária, que será realizada no dia 28/10, a discussão sobre a convocação ou não de Assembleia Extraordinária no CRP SP. Informa que consultarão a Diretoria anterior para ter ciência sobre quais as motivações para essas assembleias. Em momento oportuno, irão conversar. c) Compra de imóveis para o CRP SP - Guilherme Rodrigues Raggi Pereira comenta que um dos informes que precisa fazer diz respeito à compra do imóvel para a sede. Logo na semana em que assumiram a Diretoria, o gerente geral, Diógenes Pepe, e ele tiveram uma reunião com a equipe de avaliação dos imóveis. Eles passaram uma prévia do relatório final que irão apresentar para o CRP e que estará disponível para a Plenária Ordinária de 28 de outubro, para que seja possível discutir a compra do novo imóvel. Informa que o cenário não é muito animador, pois, pelo que conversaram, podem avaliar que o orçamento ficará muito apertado. Terão que conversar na Plenária com relação a isso, para ver como procederão com essa questão. Um dos três imóveis que



70

71

72

73

74

7576

77

78 79

80 81

82

83 84

85

86

8788

89

90

91

92

93

94

95 96

97

98

99

100

101

102

estão para avaliação já pode ser descartado. Os outros dois, avalia que pode haver a possibilidade, mas com excessiva necessidade de reforma. Terão que discutir e pensar nas prioridades com relação a isso. Comenta também que estão avançando com a questão do imóvel de Campinas, que já há um projeto em avaliação, há um cenário mais delimitado. d) Planejamento Estratégico - Sobre o Planejamento Estratégico, ressalta que gerou uma questão, em que Vinicius Cesca, inclusive, encaminhou um e-mail esta semana. Comenta que estava com muitas atividades para fazer, e acabou não sendo uma prioridade responder a este e-mail. Dessa forma, trouxeram a questão para a Plenária, para fazerem esse informe e depois passar pessoalmente para ele, pois há algumas coisas que gostaria de conversar. Uma das questões é que talvez não se tenha a quantidade de recursos necessários, que foi algo que foi apontado dentro do PE. Sem que se percam as ações que já foram feitas, pensou-se que seria importante fazer uma qualificação do processo. Assim, estão agora pensando o que fará, estrategicamente, uma qualificação do processo. Considera-se a possibilidade de ter uma consultoria de planejamento. Estão pensando em como fazer isso, para poder ajudar a não perder o trabalho que já foi feito, mas acertar as questões. A peça orçamentária está ficando pronta e esse é um dos motivos pelos quais decidiram segurar um pouco mais o Planejamento, porque ainda não têm os números finais e não tem uma noção exata do recurso que terão para pensar as ações políticas. Considerações do plenário: a) Evelyn Sayeg questiona se iriam convidar o GT Nova Sede para participar dessas discussões e receber todas essas informações. Não sabe se recordam que existe um GT para isso e questiona se seria convidado para essas discussões. b) Guilherme Raggi comenta que a questão é pertinente, explicando que foi pego de surpresa, pois a reunião não estava na pauta. Foi uma coisa que até na virada da gestão receberam e, por exemplo, Vinicius Cesca estava convidado a participar. Guilherme estava na sede e resolveu participar. Então assim, essa, esse informe não é o final. Irão convidar e irá participar todo mundo. Foi algo que aconteceu naquele momento, na quintafeira. Então, ele próprio não teve acesso à informação antes. Tomou posse da Diretoria na quarta-feira e essa reunião já foi no dia seguinte. Rodrigo Presotto complementa o informe dado por Guilherme Raggi acerca da nova sede de Campinas. Coloca que grande parte do plenário acompanhou e a Diretoria mais proximamente. O primeiro imóvel que se pensou tinha um encaminhamento interessante com relação a estudo de viabilidade, mas tiveram que suspender o processo de compra em virtude de uma situação problemática da construtora. Consideraram importante não dar continuidade às negociações e fizeram algosemelhante ao que foi feito na sede. Foram apresentados outros imóveis e fizeram visita a um deles. Fizeram visita a um desses, inclusive junto com o gerente geral, Diógenes Pepe.



104

105

106107

108

109

110111

112

113

114

115

116

117

118

119120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135136

137

Com o apoio dele, contratou um profissional para fazer um estudo de viabilidade do espaço. Encaminharam agora este estudo de viabilidade do espaço, feito por uma arquiteta, com base nas solicitações que apresentaram, do que era o mínimo necessário para estruturar uma subsede naquele espaco. É um local interessante de circulação de transporte coletivo, em uma região central. Entendem, assim, que é estratégico e darão andamento ao processo. Para quem quiser alguma informação sobre isso, informa que já enviaram este estudo de viabilidade do espaço, que é um estudo preliminar e ainda não é determinante, mas serve para entender se aquele lugar comporta a instalação que precisam. Questão de ordem, Andrea Mataresi informa que, pela Comissão de Ética -COE, recebeu 2 (dois) processos administrativos funcionais, e que eles não cumpriram o rito que era passar na Plenária subsequente. Então, teriam que ter passado na Plenária realizada ontem, 06 de outubro, à tarde. Pede que seja feito na próxima plenária. Deveria ter sido feito ontem, mas não foi. De acordo com o CPD - Código de Processamento Disciplinar, quando a presidência do CRP o recebe, ela precisa passar a COE na plenária subsequente. Se não faz isso, está impedindo que os ritos, que precisam acontecer para garantir o processamento da representação. Assim, precisa que a Diretoria tome as providências sobre isso, para que consigam garantir o rito. Luciana Stoppa informa que consultaram o jurídico sobre esse prazo, porque também tinha um prazo administrativo de tomar ciência e fazer as deliberações e ofícios. O jurídico informou que tinham 15 (quinze) dias para fazer essa deliberação e pautar na próxima plenária ordinária. Andrea Mataresi informa que também consultou o jurídico, mas que é uma questão que tem que ser discutida. O CPD é muito frágil, não sabe se todos já o leram. Mas ele é extremamente confuso e frágil, ele tem várias regras que não condizem uma com a outra. No Artigo 9º, diz que precisa ser entregue à Comissão de Ética na próxima Plenária Ordinária. A partir disso, vários outros ritos, que acontecem em plenárias ordinárias. Mas isso tem que ser feito na plenária subsequente, que ocorreu ontem. Está dizendo que não pode ser nesta Plenária Extraordinária. Tinha que ter acontecido ontem, enquanto Plenária Ordinária. Acredita que precisa ser feita alguma coisa em relação a isso na próxima plenária. Luciana Stoppa concorda com o colocado. Suely Ortiz informa que a pasta para completar o quórum das Plenárias Éticas irá circular para preenchimento das/os conselheiras/os. II) RECOMPOSIÇÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES, COMISSÕES GESTORAS, NÚCLEOS TEMÁTICOS E REPRESENTAÇÕES EM ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL - Luciana Stoppa dos Santos informa que darão inicio à pauta única desta plenária, que entendem que precisam dar andamento aos trabalhos. Algumas/uns conselheiras/os estão se deslocando de suas Comissões e Núcleos. Assim, entendem que é necessário fazer



140

141142

143

144

145146

147

148

149

150

151

152

153

154

155156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

essa pauta de recomposições. Essa pauta será passada de Comissão para Comissão, e, então, podem ir verificando em cada uma dessas Comissões as propostas de alteração de membros e de manutenção dos membros. Isso para cada uma das comissões e núcleos o que vão recompor. Consultarão o plenário se há proposta de recomposição ou se não há. Deve-se apresentar a proposta e fazer a defesa. Se não houver ninguém para compor junto, deve-se encaminhar para votação, assim como se houver outra pessoa indicada. Se houver mais de uma pessoa indicada, faz-se uma defesa para cada indicada/o e, em seguida, abrem para votação. 2.1) Comissão Gestora de Assis - Edgar Rodrigues informa a proposta de exclusão de membros: Sonia Romeiro Costa Rocha (06/97709), por questões pessoais, mesmo ela está com uma filha pequena e trabalha em cidade distante de Assis, assim, estava sem condições de participar das reuniões, mesmo vídeo conferência; e, João Renato Ciabattari Pagnano (06/84508), também por questões pessoais. Neste momento, está com essa dificuldade, por conta do mestrado que está fazendo, bem como questões familiares. E, assim, não está podendo contribuir. Encaminhamento: O plenário aprova as exclusões indicadas. 2.2) Comissão Gestora Baixada Santista e Vale do Ribeira - Comissão Gestora Baixada Santista e Vale do Ribeira - Informa-se a proposta de Alteração de Membro para Subcoordenadora da Comissão Gestora Baixada Santista e Vale do Ribeira de Daniella Stazack de Araújo (06/47149). Já é da Comissão Gestora e estavam sem subcoordenador, assim, trata-se de uma questão administrativa. Encaminhamento: O plenário aprova a alteração sugerida. 2.3) Comissão Gestora de Bauru - Propõe-se a exclusão de Camila Domeniconi (06/113158), subcoordenadora, por motivo de trabalho não tem mais conseguido participar dos trabalhos da comissão gestora e de Fabiano Boghossian Esperança (06/90723). representante de Araçatuba na Comissão Gestora, mas que não tem conseguido participar das atividades em Bauru e, especialmente, das reuniões. Propõem-se as inclusões de Sarah Faria Abraão Teixeira (06/132287), que já colaboradora na Comissão de Ética e no Núcleo de Psicoterapias e de Caio Cesar Portella Santos, que também já é colaborador e representante no Núcleo de Educação. Ainda, indica-se a alteração de membro para subcoordenadora de Caroline Cusinato (06/112011). Encaminhamento: O plenário aprova as exclusões, inclusões e alterações indicadas. 2.4) Subsede Grande ABC - Propõe-se a exclusão da membra Sandra Luzia Assis da Silva (06/120467), que recentemente assumiu um cargo de gestão no município de Mauá na área da saúde em vigilância em saúde, o que a deixará sem tempo para conciliar com as atividades da comissão gestora. É importante que o plenário tome ciência que ela permanece como colaboradora, membro do Núcleo de Emergências e Desastres. Somente não comporá mais a Comissão Gestora da



174

175

176177

178

179

180181

182

183

184

185

186

187

188

189 190

191

192

193194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

subsede do Grande ABC. Propõe-se ainda a inclusão de Elisa Harumi Musha (06/118868) e Tatiane Rosa da Silva (06/122671), que são pessoas que já colaboravam pontualmente e que têm uma proximidade com o posicionamento da subsede, sendo que Tatiane é colaboradora na Ética. Encaminhamento: O plenário aprova as exclusões e inclusões indicadas. 2.5) Subsede Campinas - Indica-se a exclusão de Carla Fernandes de Andrade (06/106306) da Comissão Gestora, devido à licença maternidade. Será excluída em virtude de licença maternidade, portanto, é temporário. Encaminhamento: O plenário aprova a exclusão indicada. 2.5) Comissão de Ética - Luciana Stoppa dos Santos comenta que há proposta de inclusão de membros na Comissão de Ética e, posteriormente, questiona a respeito da coordenação. 2.5.1 - Subsede São José do Rio Preto – Propõe-se a inclusão de Leandro Azeredo de Brito (06/130704) e Paulo Zangueta Carvalho (06/138131), enquanto membros da Comissão de Ética. Encaminhamento: O plenário aprova as inclusões indicadas. 2.5.2 - Subsede Campinas - Propõe-se a inclusão de Virgilio Paulo da Silva Alves (06/103933), Jaciara Cristina da Silva (06/137886) e Rosemary Assis (06/14006), enquanto colaboradores de CI na Subsede. Explica-se que Virgilio e Jaciara são membros da Comissão Gestora e a Rosemary é colaboradora, há bastante tempo, de COF. Faz fiscalizações junto com a Subsede. 2.5.3 - Sede - Propõese a exclusão de Priscila Xerfan Asmar (06/57422) e de Carla Fernandes de Andrade (06/106306), devido à licença maternidade. Encaminhamento: Aprovadas as exclusões suscitadas. 2.5.4 Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte - Propõe-se a inclusão de Julieta Inocenti (06/1423),enquanto membro da COE na Encaminhamento: Aprovada a inclusão indicada. 2.5.5 Subsede Sorocaba - Propõe-se a inclusão de Aracele Netto Tomiatto (06/61478), Joceilma Melo Santos Sena (06/126671) e Paulo Roberto Gonzales (06/118317), enquanto colaboradoras/es de COE. 2.5.6 -Presidência da COE - Luciana Stoppa dos Santos questiona se há proposta de alteração à presidência da COE. Indicações: 1) Márcio Magalhães da Silva indica o conselheiro Rodrigo Toledo para presidência da COE. 2) Andrea Mataresi propõe sua manutenção na presidência da COE. Pede que se registre que é, principalmente, frente aos processos funcionais administrativos contra a atual Diretoria e às/aos 17 (dezessete) conselheiras/os signatárias/os da 'Carta' e de seu posterior pedido de esclarecimento das denúncias de falha ética da Diretoria anterior. Entende que é estratégico a tirarem a presidência de COE. Seu entendimento é que a estão tirando para dificultar o processamento daquilo que estão respondendo. Desta forma, sugere, em nome da defesa dos ritos processuais que esta Diretoria está respondendo, a manutenção da presidência da ética. Manifestações do plenário: 1) Ivani Francisco de Oliveira diz compreender o posicionamento de Andrea, mas



209

210211

212

213

214

215216

217

218

219

220

221

222

223

224225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241242

pondera que quem fará o processamento ético contra essas/es conselheiras/os não será este Regional. Logo, não vê prejuízo neste processo. 2) Andrea Mataresi diz que a conselheira Ivani deveria ler o CPD e se inteirar de como funciona e como tramitam os processos éticos, porque pode ser que somente a consulta a outras pessoas esteja sendo com pessoas que também não saibam como funciona. 3) Vinicius Cesca reitera a colocação de que a conselheira Ivani trouxe uma leitura equivocada do Código de Processamento Disciplinar. Toda a fase processual, até a finalização da instrução, é feita, de acordo com o CPD, pelo Regional em que ocorreram os fatos. É facultada a possibilidade de que o julgamento seja em outro Regional, não é obrigatório, pois o próprio julgamento pode ser feito no Regional que recebeu a representação. Porém, todos os atos processuais até o julgamento são, obrigatoriamente, feitos nesse Regional onde os fatos ocorreram. Então, a fase preliminar do processo, a decisão por arquivamento ou instauração do processo, a instrução processual, os depoimentos, as oitivas, as diligências, todo o trâmite processual, até o julgamento, ocorre, obrigatoriamente, no Regional de origem. Isso é um fato. O julgamento é facultado fazer em outro Regional, mas, mesmo esse, pode ser feito no Regional de origem, se ele não se entender impedido a fazer assim. Além disso, acha que além de ser bastante oportuno essa proposta ter sido feita neste momento, neste contexto, gostaria de registrar literalmente as palavras que colocará para que possam pensar no que estão propondo fazer neste momento: as pessoas que serão investigadas estão se reunindo para escolher quem conduzirá a investigação. Diz que quer pontuar textualmente isso. O que acontece agora, neste momento, nesta plenária do CRP SP, às 09 horas e 50 minutos é que as pessoas que serão investigadas estão se reunindo para decidir quem conduzirá a investigação. Isto é gravíssimo! 4) Edgar Rodrigues questiona sobre o que se está falando, que ele não está sabendo. Afirma desconhecer que há um processo ético contra este plenário. Questiona como isso está sendo discutido neste espaço. O que está entendendo é que no dia da posse da nova Diretoria, ter sido entregue um processo que ninguém poderia ter acesso. Assim, questiona como isso pode estar vazando dessa forma. 5) Questão de ordem, Andrea Mataresi diz que se trata de um processo que deveria ter sido entregue a COE na plenária ocorrida ontem. 6) Luciana Stoppa solicita que mantenham as ordens de fala, para que todos possam falar. 7) Andrea Mataresi diz não ser segredo que houve uma representação funcional administrativa. Não se trata de uma representação ética, é uma representação funcional administrativa contra 17 (dezessete) conselheiras/os. Pede que se registre isso. Deveria ser apresentada ontem na plenária, é para ser apresentada na plenária ordinária subsequente, se for apresentada em uma plenária extraordinária tem



244

245

246247

248

249

250251

252

253

254

255

256

257

258

259

260261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

que estar na pauta. Não esta na pauta desta plenária, então não está sabendo por que não foi apresentado ontem na plenária, só isso. Agora foi informado para a Luciana Stoppa que já chegou à COE, já foi despachado e foi informado hoje aqui. 8) Regiane Aparecida Piva diz que somente quer fazer um esclarecimento com relação aos prazos. Porque, o prazo que consta no CPD é que a presidenta tem até 15 (quinze) dias para fazer o despacho e apresentar. Diz que consultou o jurídico. 9) Luciana Stoppa comenta que seguirá com as inscrições e não impedirá ninguém de falar. 10) Questão de ordem, Andrea Mataresi diz a presidenta do CRP SP apresentou uma informação equivocada sobre o processamento disciplinar. O art. 9 do CPD é o artigo que trata de prazos relativos às representações funcionais e ele diz que é na plenária subsequente. No CPD não existe nenhuma menção ao prazo de 15 (quinze) dias para encaminhamento de representações funcionais. O art. 9º do CPD reafirmo, se trata de uma questão regimental de Resolução do Conselho Regional de Psicologia. O art. 9° estabelece um prazo, que é a plenária subsequente. Portanto, esta Diretoria incorre, inclusive, em outra, possível, infração administrativa. Quando se está na 3ª (terceira) plenária subsequente à apresentação de representações e essas representações não foram colocadas em pauta de plenária. 11) Regiane Piva indica que a presidenta da Comissão de Ética traz uma informação, uma interpretação em relação ao CPD, e a mesa diretora tem uma informação de consulta jurídica. Entende que é algo que pode ser esclarecido pelo Jurídico e, então, gostaria que eles dessem um parecer para este plenário com o entendimento deles, por escrito, inclusive. O mais rápido possível. Com relação à questão de processo, não chegou nada a ela. Assim como o Edgar, viu que foi entreque. Até tentou, no dia, ajudar a protocolar. Talvez, ingenuamente, não tenha lido. Assim, está recebendo a informação através da Andrea, essa notícia, nesta data. Pede que se registre, inclusive que tivesse brevidade. Agradece as informações com relação aos trâmites com relação a isso, porque era isso que seria a primeira coisa que falaria, que o trâmite corre na Comissão de Ética. Mas acha que é um equívoco. Gostaria de lembrar que chamam de 17 (dezessete), 18 (dezoito) ou 19 (dezenove), que não sabe ao certo quanto, mas que na Plenária do dia 02 de setembro, fizeram uma proposta de mudança da presidência da Comissão de Ética e que isso acabou não sendo pautado e a Plenária foi encerrada. Têm isso registrado, inclusive no microfone. Está tudo gravado. Então, não se trata de uso deste espaço para ter vantagem em uma tramitação. Pensa que podem seguir isso e gostaria de registrar que isso não foi lembrado. Que se trata de uma questão colocada agora. Inclusive, naquele momento, foi apresentado outro nome. Consulta se o conselheiro Reginaldo Branco, que foi indicado naquele momento gostaria de manter sua indicação para esse espaço. Acha importante ouvi-lo. Não tem nenhum nome a citar e



280281

282

283

284

285286

287

288

289

290291

292

293

294295

296

297

298

299

300

301

302303

304305

306

307

308

309

310

311312

apoia a indicação de Rodrigo Toledo. 12) Aristeu Bertelli da Silva acha ser curioso, pois "a gente tem aqui um plenário de pessoas, de conselheiras/os que devem, entre outras coisas, conhecer o funcionamento, os procedimento de como se dá o ordinário, o cotidiano deste CRP. Parte disso é leitura, parte disso é necessária leitura, estar ciente do que acontece e como é que as coisas devem se dar. E o CPD não é novidade. Acho que o CPD não é novidade para ninguém e acho que, pelo menos, algumas vezes por mês, todas as pessoas aqui se reúnem para apreciar possível falta ética de algum colega da profissão. Então, o mínimo que se espera é que essas pessoas aqui que foram eleitas, para poder entre outras coisas, fiscalizar, orientar, e regular a profissão, no mínimo conheçam como funciona o Conselho, como se dá os trâmites de processos aqui dentro. Talvez eu, por estar um pouco mais acostumado sendo do Sistema de Justiça, tenha me ocupado um pouco mais disso. Mas, outros colegas aqui também se ocuparam. Acredita que vale a leitura e consulta sempre. Peço as colegas de Secretaria, para que façam constar integralmente ipsis litteris, palavra por palavra. Consta do título 3, do nosso CPD, do nosso Processo Disciplinar funcional do Capítulo 1, da fase de instauração do processo, Art. 9º. Não é nenhuma novidade para ninguém aqui. '...Recebida a representação deverá o presidente ou a presidenta do CRP dar-lhe o recebido" ou seja, o dever de protocolo imediato, e "encaminhar na primeira sessão plenária subsequente", grifo isso e peço que fique bem grifado. Consta aqui, se eu não estiver lendo errado, salvo melhor juízo, 'na primeira sessão plenária subsequente a Comissão de Ética'. Isso deve ser encaminhado. Isso consta, não é uma questão de interpretação, gente! O que está na Lei não cabe esse tipo de interpretação, para além daquilo que a própria Lei coloca. A gente pode discutir interpretações dentro da Lei, mas não para além da Lei. Então, não sei de onde o colega, lamentavelmente, tirou esses 15 (quinze) dias. Talvez do Artigo 10, que consta lá um número de 15 (quinze) dias. Mas, esse artigo fala especificamente que '...A Comissão de Etica notificará o/a conselheiro/a e lhe dará conhecimento das acusações a ele ou a ela imputadas para apresentação de esclarecimento por escrito no prazo de 15 (quinze) dias a contar de sua notificação'. Então, a gente tem talvez essa confusão, talvez tenha sido essa confusão dos colegas... Mas, vale sempre reiterar o que conta na Lei é a primeira Plenária subsequente, não cabe interpretações, a não ser que alguém consiga inovar na exegese que a gente tenha aqui. Duvido que alquém consiga inovar dessa maneira. Mas como estamos em períodos tão curiosos, talvez alguém consiga argumentar dessa maneira. No dia 02/09, só para constar e esclarecer, o dia 02 (dois) era, no mínimo, um equívoco. No mínimo! Mais uma vez, as pessoas aqui que se aboletaram agora da gestão, da regência deste Conselho, tentaram passar em um momento inapropriado, conforme a nossa própria



314

315316

317

318

319

320321

322

323

324

325

326

327

328

329330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

consolidação das Resoluções do Conselho. Infelizmente, não leram e acabaram adiantando e anunciando aquilo que fariam. Mas, mesmo que fosse naquele dia, o que se coloca é que você muda a Diretoria, como consta na nossa consolidação e você pode depois, tendo no mínimo, no mínimo (!), já que é ato administrativo dentro de uma autarquia, no mínimo qualificada a motivação para poder fazer a mudança. Então, a do dia 02 de setembro foi, no mínimo, eu classifico aqui como 'estapafúrdia', porque mal pensada, mal elaborada, apenas anunciou a intenção é... a intenção de fato do grupo que agora tomou o poder deste Conselho, via um golpe institucional. E, vale lembrar também que além de ter sido no mínimo algo colocado no lugar errado, aquela coisa de uma tentativa de "um jabuti em cima do poste", você coloca no lugar errado a coisa que não cabe. Também, vale lembrar que todas/os colegas que hora foram representadas também receberam notificação pedindo para apresentar justificativas. Então, não é uma novidade. Não era novidade! Foi encaminhado também a todas colegas hora representadas notificação para que se explicassem das acusações daquela carta original que vocês remeteram ao CFP, onde vocês textualmente acusam, entrem outras coisas, a Diretoria anterior, de ter faltado com a ética. E, até agora, pelo que consta, essas cartas restam sem qualquer tipo de resposta. Não sei se vocês tiveram alguma outra orientação, vocês tem o mais completo direito de defesa, isso é facultado a todas as pessoas. Inclusive, de talvez uma estratégia dessas de não responder. Mas dizer que não sabiam também, me desculpa, é faltar inclusive com inteligência. Vocês sabiam pelo menos que estavam sendo questionadas. Então, eu peço que reiterem. E peço a nossa Secretaria, tanto na figura da colega Suely quanto das colegas Sandras (Sandra Ribeiro e Sandra Maria, funcionárias do Departamento de Secretaria) que aí estão, que a minha fala seja colocada ipsis litteris. palavra por palavra, isso é uma exigência que faço.". 13) Andrea Mataresi reforça que no dia 02 de setembro já haviam recebido, pela Comissão de Ética, correspondências com aviso de recebimento no qual a Comissão de Etica tem todos os avisos de recebimento de que a COE pedia para justificassem e representassem a Diretoria antiga, ou seja, fizessem uma representação funcional administrativa contra a Diretoria antiga frente às acusações que haviam feito e que fazer isso seria, então, um crime de prevaricação. Em uma das reuniões do grupo 'Cuidar da Profissão', Ana Bock afirma que esse não é mais um grupo de 17 (dezessete), é um grupo de 19 (dezenove), e aponta Rodrigo Toledo como um dos integrantes desse grupo. Sendo que ele tem fala e participa desta reunião, fazendo aparelhamento do 'Movimento Cuidar da Profissão' com esta gestão do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. O que impede e mostra, claramente, o interesse do porquê se quer colocar um presidente que não necessariamente vai garantir tanto o amplo direito de



350

351352

353

354

355356

357

358

359

360

361

362

363

364365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

defesa, quanto o encaminhamento processual desta representação Ética, desta representação disciplinar funcional. Diz ser algo muito sério e que não poderia e deveria acontecer. 14) Aristeu Bertelli pede também para constar que este tipo de mudança, este tipo de estratégia de propor mudança da presidência da COE tem todo o ar de continuidade de um golpe, tem todo o ar de pessoas tentando se proteger. Volta a dizer que se tem todo o amplo direito de defesa, mas pede que, ao menos, respeitem os ritos. Este tipo de acochambrado, este tipo de situação, depõe contra este plenário, que historicamente é reconhecido pelas decisões sábias, pelas decisões corretas, pelas decisões interessantes, mas, lamentavelmente, agora parece pecar, parece faltar contra o mínimo, que é o respeito às normativas do Sistema Conselhos de Psicologia. E, este é o tipo de coisa que se passa aqui, inclusive, porque se tem a força, a brutalidade da maioria numérica. Se isso passar, dá a certeza de que irão fazer constar para a categoria, que também ficará sabendo disso. 15) Rodrigo Presotto pontua que o que falará é, também, uma Questão de Ordem: estavam prosseguindo com processo de recomposição da Comissão de Ética e, no meio desse processo, entraram em uma discussão de processos, inclusive, assim como ao Edgar, o espanta que parte deste plenário tenha informações privilegiadas acerca do conteúdo dessa suposta representação. Assim, pediria novamente a mesa diretora para que voltasse ao rito de recomposição. Acredita que esse é um processo que deve ser conduzido na medida em que também há um anúncio e, esse sim, público, de parte deste plenário com esse coletivo de conselheiras/os, no sentido de declarar oposição e dizer, inclusive, que não divide e não comunga das diretrizes que os demais têm sustentado, a partir da eleição desses conselheiros. Então, acredita que devam, inclusive, entender o processo de conflito de interesses que possuem e dar prosseguimento. Pede a mesa diretora que estabeleça tempo para fazer defesa de propostas das candidaturas. Têm propostas pela manutenção, da indicação de Rodrigo Toledo e a do Reginaldo Branco, que foi citado anteriormente na plenária de 02 de setembro. Acredita que tenham que encaminhar. Pede que seja dado esse prosseguimento. 16) Vinicius Cesca diz que gostaria de encaminhar uma questão de esclarecimento ao conselheiro Rodrigo Presotto, para que ele explicite, fundamente, circunstancie. Quer que ele mostre quem teve acesso a informações privilegiadas e a qual informação privilegiada houve acesso. Pede que ele traga isso, pois sua fala faz uma acusação bastante grave, mas que continua muito obtusa. Pede que Rodrigo Presotto esclareça, de forma explícita, quem recebeu informações privilegiadas e que informações privilegiadas são essas. 17) Luciana Stoppa diz que essas questões sejam discutidas em outro momento, porque, neste momento, irão encaminhar a votação. 18) Questão de



384

385386

387

388

389

390391

392

393

394

395

396

397

398

399400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

ordem, Andrea Mataresi diz que o processo Funcional Administrativo deveria ter sido lido pela presidência na plenária passada e não foi. Não tem informação privilegiada, é presidenta da Comissão de Ética até que a retirem. Recebeu o processo e está fazendo o que a presidenta deveria ter feito no dia anterior, que é avisar sobre o processo. Ela deixou de fazer um ato que lhe é atribuído e que Andrea avisou nesta data. Não tem informação privilegiada. Agora, além de consultar o jurídico, este plenário pode ter acesso a essa informação e este é sim o lugar sim de discutir isso. A única pessoa que pode discutir isso e falar disso lá fora é a representante e os representados. Fora ela, Andrea Mataresi, não pode falar, mas aqui dentro, sim. A representante pode falar para quem quiser, assim como os representados. 19) Luciana Stoppa relata que todas as questões jurídicas aqui levantadas serão remetidas ao Departamento Jurídico e respondidas aos conselheiros. Solicita que se volte à discussão inicial, seguindo as inscrições, para depois, encaminhar para votação. 20) Rodrigo Presotto diz ter uma consideração a fazer com relação à conselheira Andrea. Pois, pelo exercício de sua função tem a informação com relação aos encaminhamentos e ele está tomando ciência neste momento. Portanto, entende que é um registro, e a partir do que está sendo colocado, neste momento, se reserva à informação que está dando. Entende que deve ser dado prosseguimento, conforme a presidenta está indicando. 21) Ivana do Carmo diz que queria colocar sua preocupação, que entende ser algo para todo o plenário refletir. Acredita que é inegável que há forças dentro deste plenário que defendem algumas coisas e algumas pessoas que defendem outras. Há, evidentemente, dois grupos formados. Há um plenário rachado e, infelizmente, entende que quando todas/os estão envolvidos em tudo isso. Tanto quem representa quanto quem recebe a representação, há que seguir o rito processual. Entende que agui não existe ninguém do plenário que possa dizer que não existe um conflito de interesse. Não podem ser moralistas. Entende até como hipocrisia dizer que não entendem dessa maneira. Uma vez que isso ocorre é preciso pensar que não há precedente em relação a esse tipo de situação no CRP SP. Sabe-se que a situação é extremamente delicada e como está previsto no CDP, existe sim a possibilidade de levar isso para outra instância, ou seja, sair dessa condição. Diz que leu o CPD e fica irritada de falarem que não leem o CPD. Estão em uma situação que acha que o CRP nunca passou. Questiona se alguém tem conhecimento de outro momento em que o CRP tenha vivido situação semelhante. Entende ser necessário que o CRP se isente dessa situação. É extremamente prudente que esta presidência pergunte ao jurídico o que fazer com as representações recebidas, pois não há precedentes dessa situação. Ficar nessa guerra de nervos não ajudará ninguém. Há a consciência que existe um plenário rachado, então, se alguém deve falar



419

420

421422

423

424

425426

427

428

429

430

431

432

433

434

435436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

sobre isso, não é ninguém do próprio plenário, pela questão ética. Se forem éticos como dizem ser, não permitirão que esse processo corra aqui dentro desse CR, porque não tem ninguém aqui que está envolvido nessa situação. 22) Suely Castaldi Ortiz da Silva pondera que ficarão apresentando "questões de ordem" eternamente e não conseguirão votar. Assim, pede que se pactue que na próxima pauta consigam manter uma fala de defesa, uma fala contrária e encaminhar, para poder seguir ou ficarão parados na primeira pauta, sendo que ainda há muitos pontos para seguir. Podem pactuar, então, que nas próximas pautas se tente garantir o argumento. 23) Questão de ordem, no sentido de levantar dispositivos regimentais normativos. Dirige-se a Ivana, dizendo que o Artigo 14 do CPD diz tanto quanto segue: "Art. 14 - Na hipótese de o Plenário do Conselho Regional declarar-se impedido de proceder ao julgamento do Conselheiro, por dificuldade de assegurar a imparcialidade e a isenção, poderá, após a fase de instrução, remeter o processo para o Conselho Federal, que indicará outro Conselho Regional para o julgamento.". Então, este plenário não tem a competência de poder alterar esta norma. É isso. Está posto. Nós não temos competência, não temos opção, que não fazer isso. Não há outra opção que não seja cumprir o que está disposto no artigo 14 do CPD, que estabelece que até a conclusão da fase de instrução do processo, ele será tramitado no CRP SP. Sobre a questão de estarem todas/os envolvidas/os neste processo, acha que há um elemento sendo desconsiderado, o qual pode, inclusive, apontar/identificar. Se trata de uma questão de ordem porque está apontando questões da normativa. Parágrafo 2º do Art. 12, do CPD estabelece uma especificidade do rito dos processos disciplinares funcionais que os distingue dos processos ordinários e dos processos éticos. Nos processos ordinários e nos processos éticos, a comissão de ética indica/nomeia um parecerista. Portanto haveria esta possibilidade, de uma figura que não compõem o plenário de poder fazer a elaboração do parecer. Mas no artigo 12 do paragrafo 2º do CPD, quem produz o parecer dos processos disciplinares funcionais em fase preliminar é a presidência da Comissão de Ética. Então, aqui não está em jogo a relação das pessoas com o tema, está em questão a definição da presidência da COE, que define de forma fundamental uma etapa do processo, que é decisiva de todo o andamento de uma fase do processo. Portanto, é isso que apresentou em sua fala inicial e sustenta esse argumento. Significa que um conjunto de pessoas a serem investigadas se reúne para escolher quem irá investigar e produzir parecer sobre essa investigação. Não consegue qualificar o que significa este tipo de situação. Vivenciam, cotidianamente, o aprofundamento de um golpe institucional que o país sofreu por conta do Impeachment fraudulento. Todas as denúncias que chegam ao Congresso Nacional de apuração de conduta do presidente da república há, imediatamente, um



455

456457

458

459

460461

462

463

464

465

466

467

468

469

470471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

processo de recomposição das instâncias que julgam para impedir que as denúncias prosperem. Questiona se farão a mesma coisa no CRP SP. Imediatamente após o recebimento de denúncias contra as/os conselheiras/os, essas/es conselheiras/os se uniram para compor a instância que investiga. O que isso significa? Entende que não há outra leitura possível que não seja a de que neste momento aqui, este 07 de outubro de 2017, estas/es conselheiras/os aprofundam um golpe institucional que promoveram neste Conselho na última semana. Imediatamente após receberem denúncia, se propõem a recompor a instância que fará a apuração de denúncia. É um absurdo! 24) Questão de ordem, Andrea Mataresi pontua que a conselheira Ivana a acusa de algo muito sério, que é de ser antiética. Gostaria que se provasse isso neste um ano de gestão da Comissão de Ética. Ela disse que estão todas/os eticamente envolvidas/os nisto. A primeira coisa que fez, quando teve conhecimento disso, foi pedir ao jurídico um parecer, uma reunião. Que a Diretoria e ela estavam ao mesmo tempo em uma reunião com o jurídico, foi pedir para que levantassem 3 (três) pessoas isentas para que pudesse ser feita, para que as Comissões de Instrução pudessem acontecer com pessoas isentas de qualquer um dos lados. Então não concorda que se diga que está eticamente envolvida e que não pode tramitar isso. O plenário não tem condições de alterar o CPD e trocar, porque ela não pode tramitar isso, a acusando de ser antiética. Gostaria que Ivana provasse isso. 25) Luciana Stoppa diz a Andrea Mataresi que todos os ritos processuais serão seguidos e que, caso seja trocada a presidência da COE, que será votada pelo plenário, darão andamento a todos os tramites processuais. Esta diretoria não pretende que nada não seja votado e analisado no rigor que devem ser respeitados. Ninquém tem problema em se defender de qualquer acusação que recebem. Os acusar de estarem tentando manipular este processo também é sério. Indica que encaminharão para votação e que o jurídico emitirá um parecer em relação a este processo. 26) Questão de ordem, Aristeu Bertelli diz que, mais uma vez terá que pedir à secretaria, seja na figura da conselheira Suely, seja na figura do Departamento de Secretaria, uma cópia do áudio desta Plenária Extraordinária, porque isso irá constituir, servir de subsídio para poderem se defender e recorrer ao remédio jurídico correto. Porque vê que na verdade é isso, não se trata de acusação, isso é fato. Estão apontando, com base no CPD, que todo esse teatro dessa troca, porque é um teatro (!), ele ocorre em um momento em que é apresentada a representação para a parte que se aboletou da gestão, para a parte que agora esta na gestão, e, assim, é interessante e conveniente que se faça essa troca. Não se trata de uma acusação, isto é um fato e está acontecendo neste momento. É interessantíssimo que marquem na historia deste Conselho suas partes neste golpe desta maneira. É interessante que vocês marquem na



489

490

491492

493

494

495496

497

498

499

500

501

502

503

504505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520521

522

história deste conselho isso. Informa que irão, sim, buscar o remédio jurídico suficiente, porque sabem, clara e objetivamente, que o que será feito neste momento é utilizar o mando, a força do número que têm. É isso que farão. Já vai, inclusive, "cantar a bola desse bingo", irão depor a presidência da COE, sem justificativa, sem motivação, como fizeram no golpe que aplicaram com a Diretoria. Sem motivação suficiente e, no momento em que são representadas/os. Qualquer pessoa que venha a ler isto, verá, no mínimo, como foi oportuno para essas pessoas. No mínimo, foi oportuno. Então, não se trata de acusação, é o fato que está acontecendo aqui e agora. Pedem que observem o que estão fazendo, que esta é a maneira como estão se escrevendo na história deste Conselho, esta é a maneira como estão fazendo. Objetivamente, há um prazo que não está sendo respeitado. Não foi respeitado! Há aqui esta ilação, esta tentativa de legislar. É óbvio que os legisladores, que as/os nossas/os colegas que os antecederam também previram situações controversas e, por isso, escreveram, fizeram, construíram o CPD daquela maneira. Agora está vendo neste plenário do CRP SP as pessoas tentarem extrair possibilidades que não se extraem, que não se pode extrair do CPD. Querendo, inclusive, inovar, indo além das próprias instâncias que, de fato, são capazes de legislar, dizendo que é preciso fazer isso ou aquilo pela conveniência. Porque é isso, conveniência. O que estão pautando aqui é um senso de oportunismo, é um senso de conveniência. Isso não é acusação, isso é fato, isso está acontecendo agora. 27) Evelyn Sayeg diz que se sente, de alguma forma, citada. Especialmente na fala da conselheira Ivana, quando ela diz que todos aqui estão em conflito de interesses. Gostaria que apontasse a sua parte neste conflito de interesse, porque se sente ofendida com esse apontamento. Gostaria que fosse esclarecido isso, em que parte está em conflito de interesse, em que parte tem algum impedimento nisso. E, se não for isso, gostaria que se pedisse desculpa a quem não foi citado e que também tem todo o direito de solicitar isso. Sobre o que o conselheiro Rodrigo Presotto fala, que as pessoas na última Plenária apontaram e que parte do plenário aponta, que não têm as mesmas diretrizes, gostaria que apontasse em que parte não tem as mesmas diretrizes que, ao menos, foram eleitas na plataforma. Diz que, muito pelo contrário, foi uma das poucas pessoas que defendeu a plataforma de gestão na última plenária, e gostaria que nomeasse qual é esta parte do plenário que não aponta as diretrizes. A respeito das questões de ordem, gostaria de colocar sua interpretação acerca disso: quando a ordem não é sanada, então pela ordem, elas cabem, quando são sanadas, já não cabe mais a questão de ordem. Pelo que está interpretando do que está acontecendo neste plenário, é que há um problema de ordem, problema de regras, de cumprimento da legislação que vigora. Então, acha que necessitam, antes, por mais que a presidência esteja ansiosa para



525526

527

528

529

530531

532

533

534

535

536

537

538

539540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

encaminhar a votação, sanar a questão de ordem e pensar como resolver a questão da organização do plenário que está pautada de uma série de regras de legislação. 28) Suely Ortiz pontua que para organizar, serão garantidas todas as questões de ordem, segundando a ansiedade de quem assim estiver, e, após, seguirão para a votação, mas com tempo para as falas a partir deste momento. Se não houver tempo limite, não darão conta da pauta. Propõe, assim, que se mantenha 2 (dois) minutos de fala para cada um. Também, limitará as inscrições. 29) Luciana Stoppa diz que há, para a votação, a proposta inicial de Rodrigo Toledo, a proposta de manutenção de Andrea Mataresi e gostaria de consultar o conselheiro Reginaldo Branco, se quer se manter indicado. Diz que ele necessita encaminhar essas questões nesta plenária e entende que o outro grupo tenha um questionamento. Mas, pede que esses questionamentos sejam feitos oportunamente. Juridicamente, possuem um Parecer, uma resposta e instrução do jurídico e apresentarão essa instrução. 30) Questão de ordem, Aristeu Bertelli diz que a presidência insiste em não sanar a questão, e que está 'tratorando' a questão. Diz que este é o período do diálogo, o período instalado de novas práticas, novas condutas, que viriam com diálogo, que viriam com participação, mas o que se vê aqui é que se tratora. Já há a maioria numérica, mas pede que, ao menos, sejam capazes de minimamente argumentar e conseguir justificar aquilo que vão fazer. Pede que sejam capazes de fazer isso pela ordem, que respeitem, ao menos, o que é o trâmite. Estão trazendo que há suspeita de que essa troca, no mínimo, vai beneficiar a parte representada. No mínimo! E as pessoas agem como se não acontecesse nada, como se tudo estivesse tranquilo. Irão encaminhar uma troca, que considera uma vergonha de acontecer. Em pleno período anunciado como "o período do diálogo", vocês vão tratorar, não sanaram as questões de ordem, estão vendo que as pessoas foram representadas e, agora, estão pretendendo substituir a presidência da COE. Está-se apontando que isso tem ares de irregularidades e que merece, no mínimo, ser sanado. E então, surgem com uma ideia, com uma instrução do jurídico que não está disponível, não está escrita, não pode ver. Onde pode se escorar é no raso e frágil CPD, porque diante de uma interpretação de uma instrução que não está aqui e que ninguém a vê e não pode ler, enquanto conselheiro pode se escorar, única e exclusivamente, naquilo que o CPD indica. E o CPD está me indicando que vocês estão faltando, e que vocês irão tratorar. Questiona se a Diretoria e a presidência irão mesmo tratorar. 31) Suely Ortiz diz a Aristeu que irão encaminhar para votação. 32) Questão de ordem, Vinicius Cesca aponta outro elemento de descumprimento de atribuições, porque esta presidência determina que este plenário em conjunto erre, também. Porque a decisão de encaminhamento dos procedimentos deste Conselho não é da assessoria jurídica. A



560

561

562

563

564

565566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

assessoria jurídica assessora, produz parecer, mas, quem decide é o plenário. O plenário é a instância deliberativa! Diz que uma discussão será tomada de forma determinada, que está sendo imposta. A presidência diz que oportunamente apresentará o Parecer, algo que não é vinculante, pois não são obrigados a acatar nenhum parecer da assessoria jurídica, porque quem decide é este plenário. E, então, a presidência determina que esta discussão não seja feita pelo plenário em nome de um Parecer Jurídico que oportunamente será apresentado, mas quando assim for, os fatos já terão ocorrido. Aquilo que o Parecer poderia instruir no sentido de sanar, já terá ocorrido. Então, queria apontar que entende que, mais uma vez, a presidência do Conselho falta com suas atribuições e tenta forçar todo o plenário a também faltar com as suas atribuições. Querem decidir este encaminhamento e não que uma assessoria jurídica, por um parecer jurídico que um dia será apresentado após a ocorrência dos fatos, os obrique hoje a tomar uma direção que não estamos tendo oportunidade de discutir e decidir. 33) Questão de ordem, Beatriz Marques Mattos diz que, se se parte do principio que ainda falta ordem, que precisa ser discutida, gostaria de pensar algumas coisas: em seu entendimento, o Parecer que será produzido pela assessoria jurídica tem a ver com a instrução, sobre o trâmite da representação, de passar em plenária. Pede que tenham cuidado, pois já estão há cerca de um hora e meia conversando e algumas coisas vão se misturando. A outra coisa, é se mantém ou não a coordenação da COE. Então, acha que é uma coisa conectada, mas, uma coisa é a produção de um parecer sobre como isso tramitou e outra coisa é estarem no momento de recomposição. Está entendendo que há algumas pessoas que gostariam de manter a presidência da COE e outras pessoas que gostariam de não manter a presidência da COE. Em sua leitura, acredita que tanto Andrea pode estar impedida, como o Rodrigo Toledo pode se sentir impedido ou Reginaldo também pode se sentir impedido. Estão todos no mesmo movimento, todos estão passando pela mesma coisa. Ninguém está isento. Concorda com Vinicius que talvez seja julgado em outro Conselho Regional, mas o rito que estão falando a todo o momento, quem estiver à frente da COE terá que seguir. E se isso não for feito, seja pela Andrea, seja pelo Rodrigo ou pelo Reginaldo, como por qualquer outra pessoa, deverão questionar o porquê de não ter sido seguido. Porém, supor que isso vai acontecer, pois em sua leitura isso é uma suposição a partir da compreensão de cada um, mas estão supondo que qualquer um dos três que possam vir assumir a presidência da COE não irão seguir o rito. É uma suposição! Porque parte-se do princípio de que alguém tem conflito de interesse. Não sabe se Rodrigo tem conflito de interesse, não sabe se o Reginaldo tem. Diz que pouco conhece o Rodrigo Toledo, não converso muito com ele. Também não sabe se Andrea tem. Cada um está representando o



594

595

596597

598

599

600 601

602

603

604

605

606

607

608

609 610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625626

627

seu interesse. Então, acha que estão falando de coisas diferentes. 34) Questão de ordem, Andrea Mataresi gostaria de registrar então que este grupo está defendendo escolher quem, pela força da maioria, vai fazer o parecer da representação funcional que receberam. Um grupo que indica alguém que já foi nominalmente colocado "pela fala da pessoa que disse do lado deles da história". 35) Suely Ortiz questiona se podem seguir para votação. 36) Aristeu Bertelli roga, pela ordem, que a presidência que tenha um gesto minimamente justo, ponderado. Roga à presidência que prorrogue esta questão, que coloque esta questão para outro momento, quando estiver sanada essa dúvida, porque não têm aqui os subsídios necessários e não estão aceitando os subsídios que apresentam, do CPD. Falam de uma instrução que não está disponível aqui, tentando atrelar a decisão deste plenário a uma instrução do jurídico que não está aqui e que não encaminhou o documento. Falam do "em si", que a colega de uma maneira muito "Pollyanna", em sua opinião, acabou colocando. Mas não "em si", o que está acontecendo aqui é que estão tratorando. Não há subsídios suficientes para poder sustentar aquilo que querem fazer e querem usar apenas da brutalidade da força numérica. Estão usando da brutalidade da força numérica! Estão dizendo, trazendo que isso, inequivocamente, segue a mesma operação do que verificam em âmbito federal com relação ao golpe contra a presidenta Dilma e como, agora, o governo golpista de Temer está fazendo, toda vez que se sente ameaçado se junta com seu grupo, compõem o seu campo e conseque tratorar qualquer possibilidade de representação contra o presidente golpista. Aqui está sendo feita exatamente a mesma coisa. Pede que ponderem, pensem e tenham um gesto minimamente ponderado, que é suspender essa possibilidade, até que, ao menos, essa questão seja sanada. Não têm subsídios, citam uma instrução que não está vendo e pretendem fazer uma recomposição que no mínimo tem ares de irregularidade. Pede que tenham essa hombridade, tenham essa grandeza de suspender a discussão até o momento em que tenham, de fato, subsídios necessários para poder deliberar. 37) Questão de ordem. Regiane Aparecida Piva diz que estão em uma Plenária Extraordinária que tem propostas de recomposição. Já foi solicitado o áudio dessa plenária pelo conselheiro Aristeu. Estão sendo acusados, estão dizendo que tem interesses, pessoais. Estão em um momento em que estão dizendo que têm interesses, e o que estão dizendo é que não têm esse interesse. Ela mesma já deu argumentos disso. 38) Luciana Stoppa pede que Aristeu deixe a conselheira Regiane falar. Acha extremamente ruim o nível de arrogância com que se colocam. Diz que se vão discutir, que discutam com educação. 39) Regiane Piva solicita à mesa, uma vez que registraram todas as questões, todas as posições, que se encaminhe, por favor, a votação. 40) Questão de ordem,



630

631632

633

634

635636

637

638

639

640

641

642

643

644645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

Aristeu Bertelli da Silva diz que a conselheira Regiane fez uma acusação severa e grave. Diz que gostaria que fosse visto onde ele fez alguma acusação. Ele disse que "tem ares", existe "ares de". Pede, então, que Regiane se corrija que meça as palavras de maneira mais correta, que não seja tão acusadora e que não seja tão leviana naquilo que fala. Gostaria que Regiane registrasse as desculpas de maneira formal. 41) Regiane diz que podem mudar a palavra 'acusação'. Acredita que não dá para adiar a votação. Pede desculpas, a Aristeu. Não foi acusação, foi 'ares'. Então, não impede uma votação. Se não é uma acusação, se são ares de alguma coisa, então podem seguir os trabalhos para os quais esta plenária foi chamada. 42) Luciana Stoppa diz que Aristeu pediu que ela se desculpasse e que o que estão é querendo destruir os trabalhos. Pede, então, que trabalhem. 43) Questão de ordem, Vinicius Cesca diz que a acusação de obstrução também é grave. A partir da normativa, reafirmando o CPD novamente, diz que quem cometeu obstrução dos trabalhos foi a Diretoria. Diz que a presidência, que tem a responsabilidade regimental, obstruiu o andamento dos trabalhos de representações que visam a instituição de processos disciplinares funcionais quando não encaminhou as representações na Plenária subsequente ao recebimento, que é o que determina o CPD. Sobre qual seria o prejuízo que essa obstrução gerou, diz que havia atos processuais que deveriam ter sido tomados na primeira plenária subsequente, assim, aponta que ontem (06 de outubro de 2017), às 14 horas, Andrea Mataresi, na condução plena da presidência da COE teria tomado atos processuais que ela não pôde tomar porque a presidência do CRP SP obstruiu este encaminhamento. Portanto, um ato que a presidência da COE deveria ter tomado, não foi tomado e, estão propondo que seja tomado por outra pessoa, uma vez que no dia seguinte – hoje – propõem a recomposição dessa instância. Assim, entende que há um prejuízo concreto de rito. Não é uma possibilidade futura, o prejuízo já está dado. Atos processuais já não foram tomados por decisão unilateral da presidência do Conselho e há um conjunto de conselheiros aqui que está propondo decidir que outra pessoa tomará este ato processual e, nesse sentido, a questão não é de impedimento em relação ao que a Beatriz colocou, não é de impedimento em relação à condução dos ritos, mas é aquilo que apontou do Art. 12, parágrafo 2º do CPD, que determina que a presidência da COE produza parecer. O que entende que é temerário e que não deveriam ter essa mácula na história do CRP São Paulo. Trata-se de um conjunto de pessoas investigadas que se reúne para decidir quem vai produzir o Parecer da investigação feita a elas, não está dizendo em relação aos ritos. Os ritos apontam que há um prejuízo concreto, os ritos já não foram seguidos, a presidência do CRP São Paulo já não tomou os ritos necessários, ela já não deu o andamento necessário e impediu com isso que ritos fossem tomados em



664

665

666

667

668

669

670671

672

673

674

675

676

677

678

679680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

relação a este processo. Esse é um fato! Terão que solicitar apuração específica deste ato, porque ele já causou prejuízo ao processo. Está apontando que entende ser um risco que está colocado, e é um risco que coloca suspeita. Assim, gostaria que não houvesse qualquer indício de que conflitos de interesses estavam levando a condução do processo. Como Regiane apontou, só que não é uma acusação, é o sincero desejo que isso não ocorresse e entende que a única maneira disso acontecer é que o processo tramite do jeito que ele foi apresentado, porque, durante o curso do tramite processual, as pessoas que serão investigadas decidirem quem é que vai produzir o parecer da investigação é uma mácula na história deste Conselho. Pleiteia que isso não aconteça e reforça o pedido do conselheiro Aristeu, que possam postergar essa decisão para um momento em que tenham subsídios concretos para tomá-la. 44) Evelyn Sayeg sugere que se vote se entendem que essa é uma discussão que precisa ainda ser sanada, antes de tomarem a decisão da presidência da COE. 45) Luciana Stoppa diz que irão votar. 46) Ed Otsuka diz que, tendo em vista a discussão e a sugestão que Evelyn apresentou, que façam essa votação e seja registrado nominalmente quem está a favor de que se atravessem os processos regimentais ou quem está a favor do cumprimento desses processos. 46) Luciana Stoppa agradece e disse que farão conforme indicado pelo conselheiro Ed Otsuka, irão encaminhar para a votação. Entende que existe um encaminhamento, uma sugestão, de que este plenário decida se irão fazer essa mudança depois de outros esclarecimentos, que é a proposta do conselheiro Aristeu Bertelli, ou se irão encaminhar para votação a definição da presidência da COE nesta data. Questiona se estão todos esclarecidos das propostas. 47) Vinicius Cesca de Lima diz que entende que, da maneira como a mesa está encaminhando, desconsidera a proposta de encaminhamento da conselheira Evelyn Sayeg e gostaria de reforçar esta proposta e poder reafirmá-la. 48) Luciana Stoppa diz que a proposta da conselheira Evelyn é de votação e irão votar. Pede que a conselheira Evelyn explique sua proposta. 49) Evelyn Sayeg diz que sua proposta é que façam votação entre aqueles que concordam que a ordem não foi sanada, ou que ainda devem discutir as questões, conforme o Aristeu Bertelli colocou, que estão infringindo, obstruindo o Regimento, o CPD, ou seja, aqueles que acham que não há erros. 50) Vinicius Cesca pede para complementar a proposta de Evelyn. Entendeu que a proposta é que o plenário possa ser consultado se entende que as condições preliminares para a votação estão cumpridas ou não. Portanto, assim, se a primeira avaliação preliminar é se o plenário entender que preliminarmente não há questão a resolver, encaminham a votação, com proposta de recomposição imediata ou não dos nomes que já estão indicados. Porém, entende que o plenário precisa ser consultado se entende que todas as condições preliminares para



699700

701702

703

704

705706

707

708

709

710

711

712

713

714

715716

717

718719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731732

poder encaminhar a votação desta recomposição estão garantidas ou não. 51) Luciana Stoppa diz que, de acordo com as explicações de Vinicius, a proposta de Evelyn é que este plenário decida se considera que todas as questões preliminares estão sanadas. 52) Ed Otsuka diz que a proposta não é de verificar se a questão está sanada ou não, pois todos podem ver que não estão sanadas. A questão é verificar quem aceita votar nessas condições, sem estarem sanados e esclarecidos e aceitando não cumprir o Regimento. 53) Questão de ordem, Regiane Piva pondera que estão acontecendo inferências e não se sente descumprindo ao Regimento em nenhum momento. Gostaria de registrar isso. Acha que precisam ver se o plenário tem condições hoje de escolher a troca ou não; qualquer outra coisa, outra forma de conduzir isso, acaba sendo uma inferência. Assim, acha que a pergunta tem que ser se o plenário se sente esclarecido para votar a troca nas Comissões. Acha que é isso que têm que decidir neste momento ou, simplesmente encerram. Diz que é preciso que falem limpo com relação a isso. 54) Vinicius Cesca diz que a proposta da conselheira Regiane não contempla aquilo que havia proposto a partir da proposta da conselheira Evelyn. Há uma questão de esclarecimento que pode ser consultada, mas é outra questão que ele havia defendido. Diz, porque, podem supor que este plenário entenda que as condições preliminares estão garantidas e que então, portanto, votarão. Ainda assim, não se sente esclarecido. Nesse sentido, entende que são duas coisas diferentes. Entende que é bastante oportuno que o plenário se sinta esclarecido para poder votar, assim, que se trata de uma condição determinante da própria votação. Para além disso, a questão que está sendo colocada é outra: se o plenário entende que estão garantidas, porque entende que a questão não é se estão sanadas, porque não foram minimamente sanadas, na medida em que nem todas as pessoas se declaram esclarecidas em relação às questões preliminares. Há um juízo de valor em relação a isso, quem, de fato, entende que estão garantidas as questões preliminares ou não e, se entenderem que estão garantidas as condições preliminares e prosseguirmos com a votação, que possam ser consultados, também, se estão esclarecidos com relação às propostas que serão votadas na sequência. 55) Guilherme Raggi diz que está tentando operacionalizar o que Vinicius colocou. Há uma série de decisões a tomar, sendo a primeira se o plenário entende que os atos preliminares estão garantidos. Questiona sobre a elucidação que Vinicius propôs. 56) Vinicius Cesca diz que é algo do campo ordinário da votação, de o plenário precisa estar minimamente elucidado das propostas apresentadas para poder votá-las. E, entende que esta será uma consulta posterior a fazerem uma discussão das condições preliminares, até este momento seu entendimento é que elas não estão garantidas. Por isso, está propondo que isso seja consultado, mas, após isso ser



734

735

736737

738

739

740741

742

743

744

745

746

747

748

749

750751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

feito, ainda entende que há outros elementos a serem elucidados na votação, assim, também acha importante que seja garantido na sequência. Então, no mínimo, uma sequência de três atos, uma consulta sobre as garantias preliminares, se o plenário já se entende elucidado em relação àquilo que será votado na sequência e, se entender que sim, a votação deverá ser feita, que é como está imaginando que será o curso dessa votação, mas, espera, pelo bem deste plenário, que não seja assim. 57) Guilherme Raggi diz que está tentando recuperar as propostas: a ordem que está colocando é, 1º perguntar ao plenário se entende que as condições preliminares estão garantidas. 58) Ed Otsuka salienta que na segunda votação as pessoas se manifestem nominalmente que são a favor de fazer a votação nessas condições. 59) Guilherme Raggi diz que o primeiro ato será perguntar se todo mundo entende possível, se as condições preliminares estão garantidas. Então, votarão nominalmente, conforme foi solicitado. 60) Rodrigo Toledo diz que gostaria de entender um pouco melhor as condições preliminares, se estão falando exclusivamente do CDP. Do que exatamente estão falando, quer ser esclarecido a que se referem a todo no debate de hoje. 61) Guilherme Raggi diz que se refere a todo o debate aqui hoje. Em seguida, decidirão: o plenário esclarecido dessa questão, decide se há o adiamento da decisão de recomposição da coordenação da Comissão de Ética ou se há a recomposição desse lugar. Então, é outra decisão que também que é binária, se adiam ou se fazem a troca. Ao final disso, a depender do que decidirem, terá uma terceira etapa e ela é condicional de decidirem adiar ou encerrar a votação e tomar os atos necessários posteriores. Se decidirem fazer, passam a uma etapa de rever quem são as pessoas. Se todos concordam, é um ponto pacífico. 62) Vinicius Cesca propõe como encaminhamento, em relação às votações, pois não sabe se ficou suficientemente explícito apesar de algumas falas que o precederam que apontam na mesma direção, que a mesa Diretoria, que na condução de todas as votações, as façam de forma nominal e motivada. 63) Guilherme Raggi diz que a presidenta irá encaminhar para votação, que será nominal e motivada. Mas, sobre a motivação para a votação, é necessário estabelecer um teto de tempo para as falas, ou vai acabar se alongando bastante. Sugere o teto de 2 minutos para cada fala. 64) Luciana Stoppa diz que é preciso encaminhar de forma objetiva, assim, entende que o tempo deve ser de menos de um minuto, ou não darão conta. 65) Guilherme Raggi reforça que é uma possibilidade fazer falas de até dois minutos. 66) Beatriz Mattos questiona se há necessidade de ser nominal, indicando que não entende a motivação dessa questão de ter que explicar a motivação do voto. Estão discutindo há cerca de duas horas e as motivações já estão explícitas. Então, entende que quem desejar motivar o voto, pode fazê-lo, mas quem não desejar, não precisa. É liberdade de



769770

771

772

773

774

775776

777

778

779

780

781

782

783

784785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

expressão. 67) Aristeu Bertelli pontua que já disse anteriormente, mas que volta a dizer que isto aqui não é um grupo de pessoas, é uma autarquia federal. Entende que o Regimento tem alguns pontos que facultam a possibilidade de o voto ser secreto ou aberto. No entanto, não se está falando, pura e simplesmente, de questão ordinária, mas da extraordinária que pode culminar na possibilidade de um erro, de uma incoerência. Então, ao menos às pessoas que estão aqui, que foram eleitas pela categoria, que representam essa autarquia federal, que tenham a hombridade de, diante da categoria para a história, deixar a motivação daquilo que estão fazendo e porque estão fazendo. Nesse sentido, entende que vale aquilo que o conselheiro Marcio propôs, de quem quiser falar até dois minutos possa falar e aqueles que se sentirem satisfeitos falando menos, que possam falar menos. Entende que isso é uma possibilidade coerente, interessante e justa. Assim, quem se sentir contemplado em menos de dois minutos, que fale em menos tempo. Até porque, uma parte do plenário está com pressa de passar outros pontos. Mas, gostaria de ter sua fala acolhida, assim como entende que cada conselheira/o deve, diante da categoria, e para frente da história deixar registrado porque está fazendo seus atos, porque está decidindo dessa maneira, porque isso vai ser cobrado pela história. 68) Ivana do Carmo entende que primeiro deve-se votar se irão adiar ou não, para depois fazer os outros questionamentos, porque se decidirem que deixarão para depois, não precisa mais seguir com as outras votações. 69) Vinicius Cesca pontua que Beatriz Mattos fez um questionamento do qual gostaria de esclarecer do ponto de vista jurídico, para fundamentar a sua proposta do voto motivado. O Direito Administrativo Brasileiro estabelece que todo ato administrativo tem que ter motivo até porque, é possível que haja vício de motivo, e vício de motivo é um elemento que pode ensejar a nulidade do Ato Administrativo. O que quer dizer com isso é que qualquer psicóloga/o, cidadã/ão brasileira/o interessada/o, pode pegar um ato administrativo do CRP São Paulo e questioná-lo em relação ao seu motivo, solicitando que ele seja considerado nulo. Se não se explicita o motivo desse Ato Administrativo, impedem que esta/e cidadã/ão brasileira/o tenha o direito de questioná-lo. Portanto, se trata de uma responsabilidade enquanto gestores públicos. Todo ato administrativo tem motivo e o motivo tem que estar explícito para que não se negue o direito das/os cidadãs/ãos brasileiras/os de poderem questionar. pleitear a nulidade do ato. Trata-se de algo que garante a proteção das/os conselheiras/os, garante a proteção das/os psicólogas/os e de qualquer cidadã/ão brasileira/o do ponto de vista dos seus direitos. Portanto essa é a justificativa que fundamenta a sua solicitação: todo ato administrativo tem que ser motivado e o motivo deve estar explícito, ou estarão negando as condições de que as pessoas, minimamente, questionem aquilo que estão



804

805 806

807

808

809

810811

812

813

814

815

816

817

818

819820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

fazendo em nome da administração de algo que é público. 70) Questão de Ordem, Ed Otsuka diz que Vinicius já contemplou grande parte, mas gostaria de reforçar a questão da motivação. Vinicius trouxe a questão da legislação e gostaria de trazer mais a questão do espírito da Lei. Que possam, realmente, garantir o que não se conseguiu garantir em outros momentos, que é a motivação das pessoas em manifestar publicamente e registrar esta motivação para que se consiga entender os propósitos dos posicionamentos. 71) Rodrigo Toledo sugere à mesa diretora e ao plenário, uma vez que estão encaminhando para uma votação mas há vários levantamentos de ordem, que abram cerca de 10 (dez) minutos de inscrições para que o plenário fale e, depois, vote. Porque, pois estão encaminhando para votação, mas ainda há muitas questões de ordem. Sugere 10 (dez) inscrições ou 5 (cinco) inscrições. Que, em seguida a estas falas, possam, finalmente, encaminhar para a votação. É uma sugestão de encaminhamento. Novamente, não está questionando a questão de ordem, está simplesmente apontando para que possam fazer o debate ou invés de só apontar as questões de ordem. 72) Luciana Stoppa questiona se mais alguma/um conselheira/o possui mais alguma questão de ordem para colocar. 73) Guilherme Raggi questiona se mais alguém tem algo a falar antes da votação. Diz que há uma situação em relação ao horário: já são 11 (onze) horas e 05 (cinco) minutos e precisam, enfim, encaminhar. Questiona se há mais pautas, se ficou definido que o plenário entende que as condições preliminares para a votação de recomposição da coordenação da COE estão garantidas. Encaminha assim para votação se estão garantidas as condições preliminares para encaminhar para votação a recomposição da presidência da COE. Votação: 1) Andrea Mataresi diz que as preliminares não estão garantidas, porque levaram um monte de questões, levantaram um monte de questionamentos em relação ao próprio conhecimento do CPD e da legislação vigente. Asso, não acha que este plenário, como um todo, tenha conhecimento para fazer isso. 2) Vinicius Cesca entende que não estão garantidas as condições preliminares para esta votação nesta plenária, sobretudo, por todas as razões de descumprimento em relação ao CPD do Sistema Conselhos de Psicologia, especialmente, quando a presidência do CRP, descumprindo aquilo que estabelece o Art. 9º do CPD, não encaminha em tempo hábil as representações para abertura de processo funcional em face de algumas conselheiras/os deste Conselho. Ela deveria ter feito o encaminhamento para a plenária que ocorreu na data de ontem, no período da tarde, não se recordo o número dessa plenária, mas acredita que seja a 1997<sup>a</sup> ou 1998<sup>a</sup>, que seria a plenária subsequente. Ao fazê-lo, a presidência do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo impediu atos processuais que deveriam ter sido colocados em curso pela presidenta da Comissão de Ética, a conselheira Andrea



840

841842

843

844

845846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

Mataresi. Assim, entende que não há condições, inclusive, enquanto não for sanado o prejuízo já causado ao trâmite processual e que este plenário possa se arvorar a substituir a presidência da Comissão que é responsável por esta investigação. Além disso, entende que há outro elemento preliminar que até o momento não foi explicitado especificamente. que é a motivação pra esta substituição. É outra questão que também não está garantida, que faz, inclusive, que não se sinta elucidado com relação a todas as outras questões do processo. Houve, meramente, a apresentação de nomes, sem a explicitação de motivação para isto. Quando este plenário não explicita os motivos, ele possibilita que possam interpretar motivações, o que acredita ser um problema. Precisam ter isso sanado, preliminarmente, antes de encaminhar qualquer votação, mas, sobretudo, entende que há estes prejuízos ao trâmite processual especialmente face ao descumprimento cometido pela conselheira Luciana Stoppa, presidenta deste CRP, quando não encaminhou as representações no prazo correto, conforme estabelecido no CPD do Sistema Conselhos de Psicologia. 3) Aristeu Bertelli da Silva comenta que às/aos colegas aqui presentes e para efeito de registro em nossos atos, deve dizer que não estão garantidas, não foram elucidadas, não foram cumpridas. Não apenas pelo descumprimento evidente do Art. 9 do CPD, mas também por todo esse complexo que se forma, por todo esse arranjo que se forma. Não se cumpre o Art. 9º do CPD, as pessoas que foram representadas no último dia 27, elas se 'alvoraram', se colocaram a substituir a presidência da Comissão de Ética, evidenciado ares de um arranjo, de um 'acochambrado' para poder se proteger. Cita-se algumas indicações, algumas explicações jurídicas, de algumas recomendações jurídicas, mas, não trazem o documento que sustenta essa leitura divergente e inovadora com relação aos prazos. Sendo que tentar inovar dessa maneira é algo, no mínimo, estranho. As pessoas deste plenário eleito parecem se sentir maiores que os próprios legisladores ao pensarem o CPD. Deve dizer, também, que está se constituindo uma prática aqui de substituição de alguns cargos, sem que haja de fato uma explicitação de motivos. Há pouco tempo houve a destituição da Diretoria sem que houvesse evidente falta ética, sem que houvesse evidente malversação do erário e, agora, estão tentando encaminhar pela brutalidade da força numérica do grupo representado pelo "Cuidar" aqui neste plenário, a destituição de algumas pessoas rapidamente, o que parece ter aí ares de perseguição política às pessoas que são membros do "Integra - Psicologia Coletiva". Então, acredita que há uma evidente perseguição política do "Cuidar" contra os membros do "Integra" que agora passam a ser retiradas/os sem evidente motivação. 4) Evelyn Sayeg diz que, depois de ouvir todas as argumentações relacionadas ao CPD, olhar e rever o CPD, se sente bastante contemplada com o que foi colocado por Aristeu, Andrea e Vinicius,



874

875

876877

878

879

880 881

882

883

884

885

886

887

888

889 890

891

892

893

894

895

896

897

898

899900

901

902

903

904

905

906

907

Complementa que se preocupa muito com o que será feito a partir de agora. Têm esses indícios que, pra ela, estão muito evidentes, de que estão descumprindo as regras aqui, que estavam, até então, sendo cumpridas. Questiona como será feito a partir deste momento. Gostaria que a mesa pudesse explicar para o plenário como irão resolver essas questões que foram colocadas. Questiona-se sobre como conseguirão seguir os trabalhos deste XV Plenário com tudo isso que foi acusados e não se sente esclarecida, elucidada pelas questões que levantou anteriormente. Aguarda que se coloquem sobre isso e, por este motivo, entende que não estão garantidas as condições preliminares para a continuidade desta votação que a mesa tem o desejo de continuar. 5) Mary Ueta, primeiramente, queria deixar registrada sua tristeza em participar deste plenário pela condução dos trabalhos que tem acontecido até este momento. Em seu entendimento, é uma representante da categoria, que foi eleita e que participou de todos os processos desde quando era colaboradora, entrou na Comissão Gestora e participou de todos os processos, sendo hoje conselheira. Se preocupada com a falta de entendimento do descumprimento do Regimento e de como as/os conselheiras/os podem se sobrepor a isto. Entende que a plenária não é soberana em relação às Normativas que defendem e não se sente contemplada, porque não foi colocada aqui a motivação da recomposição dessa presidência da COE. Entende como algo muito preocupante, ficando muito obscuro para a categoria. Não sabe o que dizer para as pessoas que representa que tá acontecendo aqui, portanto, não se sente esclarecida e gostaria que fosse adiada essa votação. 6) Bruna Lavinas Falleiros entende que não estão garantidas as condições para a continuidade da votação. Diz que as/os colegas que falaram anteriormente a ela já contemplaram bastante do que acredita. As questões de ordens que foram apresentadas não foram respondidas a contento. Assim como a conselheira Mary disse, também se preocupada cada vez mais que parte deste plenário não está apropriado de Resoluções primordiais e básicas, da legislação básica. Não se refere a todas as Resoluções mil, mas, as essenciais, que norteiam o fazer do plenário do CRP, que fazem o Sistema Conselhos de Psicologia funcionar. Isso, cada vez mais, a tem assustado muito. Preocupa-se muito, não somente como conselheira, mas também como psicóloga e como categoria. Se se propuseram a participar do Conselho, acha que, no mínimo, tinham que estar apropriados do que estão fazendo, e lhe parece que, cada vez menos há essa apropriação do que está sendo feito. E também não acho que temos condições suficientes para votar inclusive porque me foge o motivo de porque esta plenária está acontecendo, uma plenária extraordinária, para recomposição de espaços tendo sido cancelado um PE que o motivo também não foi explicado a contento do porque desse cancelamento que deveria estar acontecendo hoje,



909

910

911912

913

914

915916

917

918

919

920

921

922

923

924925

926

927928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

que deveria ser finalizado e foi acordado por um coletivo maior que este e que deveria ser finalizado nesta data. Então, isso tudo a assunta muito. Hoje, na verdade, gostaria de estar aqui para conduzir PE, e não para fazer esse tipo de votação, embora não consiga imaginar o porquê da urgência disso tudo. 7) Monalisa Muniz vota favorável à votação por entender que, neste momento, não há impedimento para que se faça uma possível troca da presidência da COE. 8) Maurício Marinho Iwai vota pelo adiamento, pelo impedimento, porque entende que não há condições preliminares. Ao contrário, considera que talvez haja uma possibilidade de improbidade. Fica preocupado e assustado. Justifica o motivo de sua votação: hoje fica parecendo que estão pedindo questões de ordem, elucidações para tentar impedir um processo que acreditam que irá emperrar os processos e a continuidade do projeto, quando anteriormente eram impedidos também de não emperrar. Questiona, então, porque agora emperrarão uma Comissão que realizou durante o ano muito bem o que se propôs. Preocupa-se, também, que deveria estar fazendo o Planejamento Estratégico, que não está bem feito e nem, ao menos, foi feito pela metade e esta Plenária Extraordinária estar acontecendo. Por fim, entende que a COE tem que fazer com que essas últimas representações que recaíram sobre o Conselho e sobre as psicólogas sem essa intervenção. 9) Ivani Francisco de Oliveira vota para que ocorra a votação, compreendendo que a discussão que precedeu dá a garantia das condições preliminares. 10) Ivana do Carmo se abstém. 11) Maria das Graças Mazarin entende que houve a consulta ao jurídico e interpreta que, assim, tem todas as condições possíveis para que façam as recomposições. 12) Beatriz Mattos vota favorável à votação, pois, pela discussão que fizeram, entende que não há impedimento de a gente dar continuidade nas votações. 13) Ed Otsuka diz estar convicto de que não há condições. Fica preocupado assim como a conselheira Mary, de como justificam para fora o que está acontecendo e porque o voto das outras pessoas não esta sendo respeitados. Acha importante que possam fazer o adiamento, para que, minimamente, o plenário ou as pessoas responsáveis pela condução possam se instrumentalizar para conduzir tal questão. Também gostaria de afirmar, neste momento, a preocupação que novamente traz, o cuidado de solicitar a motivação do voto e, novamente, as pessoas tangenciam isto. Também gostaria de reafirmar que, como foi dito anteriormente por outro colega, dizem que eles estariam distorcendo ou abandonando os compromissos da chapa, sendo que, na verdade, estão reafirmando e dizendo que não irão ficar somente no discurso. Querem, efetivamente, fazer o que se comprometeram junto à categoria. 14) Rodrigo Toledo diz imagina que ninguém do plenário tem como função principal ser conselheira/o, e, já esteve em posição de solicitar orientação a diversas áreas e entende que é um processo comum,



944

945

946

947

948

949

950951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962963

964

965

966

967

968

969

970971

972

973

974

975

976

977

exatamente por não ser um conselheiro profissional, por não ter isso como uma função principal de atuação. Entende que, neste momento, vivem um processo de transição, então os atos administrativos e todos os encaminhamentos estão sendo apropriados por todas/os e, diante disso, se abstém de votar. Entende que estão trazendo falas sobre a necessidade de apropriação e ele concorda com várias delas, da necessidade de apropriação de todas as normativas que regem a atuação enquanto conselheiras/os, mas também entende que é um processo de transição e que considera importante que seja considerado. 15) Rodrigo Presotto vota pela continuidade do processo de votação, por entender, inclusive, a partir da justificativa apresentada por Beatriz Mattos na discussão, que qualquer das/os conselheiras/os que assumam a função da coordenação da COE tem condição de seguir com o processo que, neste momento, os traz a necessidade de esclarecimento e sempre podem contar com o Departamento Jurídico para esclarecê-los de qualquer outra situação. Então, acredita que, neste momento, devam proceder com a votação e com os outros trâmites. Será dada continuidade a partir daquilo que é protocolar e administrativo da autarquia. 16) Edgar Rodrigues vota pela continuidade da votação, porque não tem nenhum interesse pessoal e acredita que é possível continuar fazendo essas mudanças. Considerações do plenário: 1) Questão de Ordem, Vinicius Cesca diz que o conselheiro Guilherme Raggi interrompeu a fala do conselheiro Maurício Iwai, apontando corretamente uma inadequação da resposta. Maurício dizia sobre continuar ou adiar a votação e não sobre as questões preliminares. Nesse sentido, os conselheiros Rodrigo Presotto e Edgar Rodrigues acabaram de votar pela continuidade do processo, sem tratar das condições preliminares. Portanto, não votaram essa questão, votaram da questão que seria objeto da segunda votação. Entende que isso traz um prejuízo terrível ao processo, pois, a pergunta que está sendo consultada ao plenário não foi respondida e o conselheiro Guilherme Raggi encaminhou de maneira diferente ao que tinha encaminhado quando se tratou da resposta do conselheiro Maurício Iwai. 2) Guilherme Raggi se desculpa e agradece ao conselheiro Vinicius Cesca pela atenção. Solicita que o conselheiro Rodrigo Presotto retome sua justificativa de voto. Seguindo a votação: 15/2) Rodrigo Presotto, a partir da orientação dada pela Diretoria, de que têm, inclusive, uma orientação jurídica, a gente deve dar continuidade ao processo de votação porque entende que isso os dá escopo e amparo, a partir das questões preliminares que foram aqui questionadas. Então, entende que devem prosseguir e há condição para isso a partir dessa orientação. 16/2) Edgar Rodrigues acredita que sim porque têm os Pareceres Jurídicos, então, é possível. Considerações do plenário: 1) Questão de ordem, Andrea Mataresi diz que não há nenhum Parecer Jurídico. 2) Guilherme Raggi diz que não interferiram dessa forma no voto de colega.



979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991992

993

994

995

996

997 998

999

10001001

10021003

1004

1005

1006

10071008

1009

1010

10111012

Entende que essa é a justificativa dele, e, se é frágil, poderá e deverá ser questionada no momento certo. Seguindo a votação: 16/3) Edgar Rodrigues acredita que há condições preliminares para a votação por força do Parecer Jurídico. 17) Regiane Piva voto pela continuidade do andamento dos trabalhos para os quais esta Plenária foi chamada. Não tem nenhum interesse em relação à troca, que entende ser o argumento das condições preliminares. Considera que estão em uma questão Regimental e, por isso, acha que precisam continuar os trabalhos e fazer a votação se vai mudar ou não a presidência, mesmo porque estava verificando a pauta desta Plenária e essa não é a única Comissão que estão propondo mudar. Então, é mais um motivo, pois isso é algo que vai acontecer, provavelmente, com todas as Comissões, não é algo específico da Comissão de Ética que os traria esse privilégio, então. Não se sente assim, não se sente privilegiada e não tem interesse pessoal nessa troca, talvez político. 18) Maria Mercedes Guarnieri se abstêm da votação. 19) Márcio Magalhães da Silva entende que existem condições para a continuidade do processo de votação, que as condições necessárias estão garantidas. Concorda com a conselheira Regiane, de que não existe interesse pessoal em relação às mudancas da presidência da COE, até porque tomou conhecimento hoje que existe uma Representação contra algumas/ns conselheiras/os. Não está sabendo e não estava sabendo disso. Entende que a preocupação que as/os conselheiras/os que representa movimento 'integralista' da Psicologia traz é que estão no plenário, compõem o plenário e estarão fiscalizando as acões. Então, tem tranquilidade de dizer que o que farão de agora em diante será feito dentro do rigor da transparência que há, pela primeira vez, um movimento de oposição dentro do próprio plenário e, sim, as condições estão garantidas. 20) Reginaldo Branco vota pela continuidade do processo para o que essa Plenária foi convocada, que é a recondução das comissões e grupos. Então, acredita que as condições preliminares estão garantidas pra isso. Considerações do plenário: 1) Guilherme Raggi comenta que a conselheira Evelyn o apontou, apesar de fora do microfone, que o conselheiro Reginaldo não apresentou seu voto da forma como deveria, então pede que vote se você, enquanto conselheiro deste plenário, entende que as condições preliminares para dos atos desta votação estão garantidos. Seguindo a votação: 20/1) Reginaldo entende que as condições preliminares estão garantidas e que devem continuar a Plenária e as reconduções que se propuseram. 21) Guilherme Raggi entende que sim, as condições preliminares estão garantidas, na medida em que a conselheira presidenta fez o contato com o jurídico, de maneira inclusive privativa, respeitando o trâmite do processo, respeitando o sigilo necessário e o decoro necessário. Entende que em qualquer das condições, qualquer pessoa que estiver aqui irá, ao menos, executar os atos com a maior



1014

1015

1016

1017

1018

10191020

1021

1022

1023

1024

10251026

1027

1028

10291030

1031

10321033

1034

10351036

1037

1038

1039

1040

1041

1042

1043

1044

1045

10461047

probidade possível e com a probidade necessária para esse cargo. Não se entende privilegiado por esta discussão. Entende que têm como principal princípio a garantia da ampla defesa no processo e, então, se está neste processo responderá também com toda a tranquilidade a tudo isso que lhe foi questionado. Por fim, entende que precisam reconhecer que em plenária anterior foi anunciado uma oposição direta aos seus colegas e reafirma que irão tentar compor sempre que possível. Mas, entende que é uma oposição declarada e entende que isso é uma questão. 22) Maria Rozineti vota pela continuidade, entendendo que as questões preliminares estão garantidas e, seu entendimento é que este plenário e, ela, pessoalmente, se coloca como conselheira com a total condição de acompanhar e conduzir qualquer outro processo. Este e qualquer outro processo administrativo dentro da maior lisura possível e assim seguirá. Então, crente desta condição, faz seu voto. Estão aqui em uma situação bastante delicada, e faz coro ao conselheiro Marcio, de que há esse movimento de oposição e que ele é saudável também, porque realmente os aponta uns pra ou outros, e com isso talvez possam, inclusive, garantir sempre que forem chamados a isso, a ética e a lisura em qualquer processo que venham a ter que responder como conselheira/o. 23) Suely Ortiz voto por entender que as condições preliminares estão garantidas e voto pela continuidade da votação desses lugares. Pois, também entende que várias falas foram seguindo no sentido de que estão se apropriando desse lugar e que não estão qualificados como deveriam. Assim como Rodrigo Toledo colocou, estão em um processo de transição mas, colocando parâmetro de todas as formas possíveis, recorrendo às instâncias, consultando materiais. É uma construção, então entende que estejam sim em condições, seja quem for que ocupe os lugares, de seguir com a mesma competência que vem sendo, até o momento, conduzida. Então, vota por entender que está esclarecida e que as condições preliminares estão garantidas. Guilherme Raggi finaliza então a votação, entendendo que a conselheira presidenta se ausentou temporariamente agora, mas se absteria da votação de qualquer forma, pelo seu cargo. Resultado da votação: 12 (doze) votos de que estão garantidos os atos preliminares - Monalisa Muniz Nascimento, Ivani Francisco Oliveira, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Beatriz Marques Mattos ,Rodrigo Presotto, Edgar Rodrigues, Regiane Aparecida Piva, Marcio Magalhães da Silva, Reginaldo Branco da Silva, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Maria Rozineti Gonçalves e Suely Castaldi Ortiz da Silva; 8 (oito) votos de que não estão garantidos os atos preliminares - Andrea Mataresi, Vinicius Cesca de Lima, Aristeu Bertelli da Silva, Evelyn Sayeg, Mary Ueta, Bruna Lavinas Jardim Falleiros, Maurício Marinho Iwai, Ed Otsuka; e, 4 (quatro) abstenções – Luciana Stoppa dos Santos, Rodrigo Toledo, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri e



1049

1050

1051

1052

1053

1054

1055

1056

1057

1058

10591060

1061

1062

1063

1064

1065

1066 1067

1068

1069

10701071

1072

10731074

1075

1076

1077

1078

1079

1080

10811082

Ivana do Carmo Souza. Considerações do plenário: 1) Andrea Mataresi quer deixar registrado que o argumento de algum das/os conselheiras/os para tirá-los das posições que ocupam é por estarem em oposição aos outros, como se a oposição neste plenário fosse nova, como se esse racha não fosse antigo. Queria deixar registrado, também, que a conselheira Maria Rozineti disse que se sente apta a tramitar o processo, a representação que ela mesma responde e gostaria de garantir que ela não irá tramitar. Acredita que estão encaminhando a continuidade de um golpe, que vai deixando muito fácil a posição de uma parte do plenário. 2) Maria Rozineti diz que gostaria de fazer um esclarecimento, na medida em que foi citada: não disse que irá tramitar do processo, disse que todas/os tem, condição de fazer qualquer tramite de processo, inclusive ela, enquanto conselheira, tem condição de tramitar processo que venha a ser denominado a ela, quem denominará não será ela, mas se for denominado a ela, terá condição de fazê-lo. Entende que com lisura farão a distribuição, conforme os processos constam no CPD. 3) Questão de ordem, Ed Otsuka queria deixar registrado que o que se coloca como condições é aceitar que o processo seja conduzido, mesmo contradizendo o que está posto na normativa e na regulamentação do CPD. 4) Bruna Lavinas sobre anteriores, diz que sua fala foi que se choca que conselheiras/os que estão há 1 (um) ano na gestão deste CRP SP não tenham apropriação dos Regimentos básicos e das Resoluções básicas e balizares para o funcionamento deste espaço. Também, tentando corrigir um equívoco dito aqui sobre os processos funcionais que tramitam diferentemente dos processos éticos. Então, nenhum processo funcional vai parar na mão de conselheiro, a não ser da própria presidência da Comissão de Ética. 5) Questão de ordem, Edgar Rodrigues diz que a questão de ordem deve, na realidade, ser solicitada quando se tem dúvida ou encaminhamento e não para fazer declaração de voto. 6) Guilherme Raggi agradece e mantém a condução. Então, sequem, entendem que a maioria deste plenário entende que as condições preliminares estão garantidas. Portanto, a próxima etapa de decisão, de deliberação deste plenário é se votarão pelo adiamento da decisão de composição da presidência da COE ou se farão a composição nesta plenária extraordinária. São três etapas: primeiro se adiam ou não, depois se prosseguem e a terceira pergunta será condicional e acontecer aqui. Foi uma proposta realizada, por mais de uma conselheira, e que foi acatada pelo plenário, de talvez adiar ou fazer a recomposição nesta data. Entende que não há redundância. Pede que a conselheira secretária faça a contagem do tempo de fala de cada conselheira/o e informa que, novamente, o voto será nominal e motivado. Encaminha assim para votação se a votação para reconstituição da COE deverá ser feita nesta data ou adiada. Votação: 1) Vinicius Cesca de Lima vota para adiar esta votação por dois motivos: o primeiro é por



1084

1085

1086

1087

1088

10891090

1091

1092

10931094

1095

10961097

1098

1099

11001101

11021103

1104

11051106

1107

1108

11091110

11111112

1113

1114

1115

11161117

conta de uma falha de condução da presidência do CRP SP, onde há um prejuízo no ato processual. Entende que não há condições de prosseguir qualquer outra ação que impacta o processo enquanto não for corrigido este prejuízo no rito processual. E, por razão que também já apontou, entende que se lança, de forma desnecessária, uma mácula de suspenção do processo, uma vez que já está tramitando e as pessoas que serão investigadas neste processo se reuniram para decidir quem dará continuidade a ele. Acredita, inclusive, em nome dos princípios da garantia do contraditório, da ampla defesa, da lisura e transparência do processo, que lançarão de maneira desnecessária e irresponsável uma mácula de suspensão sobre o processo se prosseguirem com qualquer outro ato que impacte sua condução. Além disso, gostaria de pontuar mais algumas coisas questões das falas que o precederam, na votação anterior. Queria registrar o seu repúdio ao conselheiro Márcio Magalhães quanto ele faz deboche em relação ao nome de um movimento que se organiza na Psicologia brasileira. Acredita que questões de identidade são importantes naquilo que defendem, e, para ele, esse fato só demonstra a degeneração autoritária e conservadora que um ou outro movimento e boa parte deste plenário vêm adotando. As falas de desconhecimento de normativas o assustam, porque a presidenta do Conselho também é da COE e, ainda assim, ela não conhece o CPD? Ela esteve na Comissão de Ética sem conhecer o CPD? Um conselheiro que está sendo indicado a presidir a COE vai sustentar o argumento que podem, um ano depois, não conhecer essas normativas básicas? A conselheira Suely e o conselheiro Guilherme estiveram na CACI, que tem a função de acompanhar a execução das Normativas do Sistema e não conhecem as normativas? Maria Rozineti, Suely e Guilherme estiveram na COF, que tem a atribuição regimental de orientar com base nas Resoluções e não conhecem as resoluções? E, além disso, só gostaria de registrar em relação à fala de Marcio, que não fiscalizará esta gestão por ser oposição, fará isso porque o Regimento Interno diz que esse é o seu dever enquanto conselheiro, deve fiscalizar todos os atos da gestão e levar ao conhecimento do plenário qualquer irregularidade que encontrar. 2) Andrea Mataresi vota pelo adiamento porque acha abusivo trocar a presidência da COE quando a mesa diretora está toda representada e eu acha abusivo a conselheira presidenta não ter seguido os ritos processuais e acha extremamente abusivo um dos indicados para COE, Reginaldo Branco, ser um dos representados. 3) Aristeu Bertelli vota pelo adiamento, pela procrastinação dessa votação, entre outras coisas, porque não foi sanada, de fato, as preliminares; porque houve evidente, patente, explícita, e exposta e flagrante desobediência ao art. 9 do CPD. Houve desobediência ao Art. 9º do CPD, e isto acabará desenrolando, desencadeando nessa oportuna, para não dizer com ares de oportunista, recomposição da presidência da



11191120

1121

1122

1123

11241125

1126

1127

1128

1129

11301131

1132

1133

11341135

1136

1137

11381139

1140

11411142

1143

11441145

1146

1147

1148

1149

1150

11511152

Comissão de Ética e que vai acabar facilitando a vida de algumas pessoas representadas. Fica esses ares. E repudia aquilo que, simplesmente, o parece, se não apenas ofensivo, mas na pior acepção da palavra 'infantil', o comportamento do conselheiro Marcio, que pura e simplesmente tenta desancar, tenta ofender. Um movimento se organizou legitimamente na Psicologia e vai se organizar. Dirige-se ao conselheiro Marcio: Acostumese a ter oposição, acostume-se a ter alguém que vai questioná-lo. Simplesmente atuar dessa maneira infantil, inconsequente, mal educada e ruim, só é deletério e vai mostrando o quanto isso que ele representa realmente já não cabia enquanto pessoa. Diz que não conseguiria estar em um movimento que concorda com esse tipo de comportamento. Faz questão de reiterar que é pelo adiamento porque este plenário pode incorrer em uma falta. em uma falha ao fazer uma substituição neste cenário. O cenário mostra que não deveria haver, está aqui evidente que não teria condição. Estão recompondo somente por perseguição política ao movimento Integra. Fica evidente a perseguição política ao movimento Integra, com a substituição de algumas pessoas em alguns lugares que são chave. Quer ouvir quais serão as próximas pautas de recomposição, que possivelmente tirarão mais pessoas deste movimento. 4) Evelyn Sayeg vota pelo adiamento, por entender que seria bastante importante e oportuno que o Parecer Jurídico tivesse sido apresentado, já que a leitura do CPD não foi feita. Compreensível! Acha que se existe outra forma de lêlo, interpretá-lo, isso precisa ser apontado. Não entende que os argumentos que foram apresentados foram suficientes para rebater isso. Concorda com Vinicius e com o Aristeu, se preocupa bastante com este movimento do plenário de retirar as pessoas, da condução de fato dos trabalhos, das funções precípuas do próprio andamento das pautas políticas. Como já vinha falando há algumas Plenárias, há cerca de 5 (cinco), estão muito preocupados em retirar as pessoas dos seus espaços, em obstruir. O mundo está acontecendo lá fora e as pautas vão se ocupando em tirar os espaços da/o psicóloga/o, de dificultar a prática profissional. Isso está dominando enquanto os membros deste plenário estão aqui preocupados com os cargos internos. Acha bastante preocupante isso dentro do Conselho de Psicologia. Não sabe se todo mundo está sabendo, mas tem o Conselho Federal de Medicina, por exemplo, está entrando com uma série de medidas para impedir uma série de profissões. A primeira delas foram os enfermeiros de atuar de fato na atenção básica. Daqui a pouco chega nas/os psicólogas/os e, enquanto isso, estão aqui defendendo cargos. 5) Mary Ueta vota pelo adiamento da recomposição por entender que não foi elucidada em relação às motivações da substituição da COE. Não vê nenhum argumento posto que justifique esta recomposição. Além disso, acredita que esta recomposição irá prejudicar, por exemplo, o andamento da representação aqui colocada.



1154

1155

1156

1157

1158

11591160

1161

1162

1163

1164

1165

1166

1167

1168

1169

11701171

1172

11731174

11751176

1177

1178

11791180

11811182

1183

1184

11851186

1187

Inclusive, para as pessoas indicadas para presidência de COE, as quais estão sendo representadas também. 6) Bruna Lavinas Falleiros vota pelo adiamento, principalmente por lhe fugir a compreensão de como um Parecer Jurídico pode contrariar o que diz o CPD de forma extremamente clara e objetiva. Então, acha um problema sério que este plenário incorra na desobediência do CPD e continua não compreendendo a urgência desta necessidade de mudança na representação das pessoas, foi necessária uma Plenária Extraordinária ser chamada. E anulado o Planejamento Estratégico, que tem prazo e irão acabar descumprindo. Enfim, só estão incorrendo em grandes equívocos, um após o outro, e isso é muito triste. 7) Monalisa Muniz vota favorável a que a votação para alteração da presidência da COE seja realizada nesta data, sendo coerente com o que tinha dito da votação anterior, que em sua compreensão não há impedimento que seja feita. 8) Mauricio Marinho Iwai vota pelo adiamento, reforçando a fala de Evelyn a respeito do que parece ser uma bolha que este plenário acaba vivendo, descolada da realidade. Mas, também acrescentando que isso vai impactar muito a própria categoria, que já está preocupada com o que acontece dentro do Conselho Regional de Psicologia, que tem conhecimento dessa crise pelo qual passam, que é muito séria, muito sintomática do ponto de vista de um projeto de sociedade. Fala isso tomando por base somente às pessoas que o procuraram e o diálogo que vai fazendo com elas. Estima, quando pensa na totalidade de conselheira/os, que há centenas de psicólogas/os tentando acompanhar, tentando saber o que está acontecendo e essas pessoas se impactarão muito quando souberem que é isso que fazem aqui. Então, aponta que não há nada que fundamente essa medida administrativa, não tem fundamento. 9) Ivani Francisco vota pela manutenção da votação nesta data, entendendo que já tinha votado anteriormente que as condições preliminares estão garantidas. 10) Ivana do Carmo voto pela manutenção da votação nesta data, por acreditar que o Rodrigo Toledo vai fazer um ótimo trabalho, já indicando seu voto. 11) Maria das Graças Mazarin vota pela recomposição. Diz que há muitas coisas engraçadas e ridículas acontecendo. Voto pela recomposição porque compreende que não há impedimento para fazê-lo hoje. 12) Beatriz Mattos vota também pela realização da votação nesta data por considerar que não há impedimento. Gostaria de ressaltar que entende que não há impedimento, tem certeza disso, pois não tem nenhum interesse na mudança da presidência da COE, no sentido de se beneficiar disso dentro de uma Representação. Tem condições totais de responder à Representação que está acontecendo. 13) Ed Otsuka vota pelo adiamento. Preocupa-se bastante com os rumos que estão tomando. Essa questão de como vão encaminhando as questões éticas para dentro e como farão isto com uma função precípua do Conselho é mais uma forma de enfraquecimento desse espaço e



1190

1191

1192

1193

11941195

1196

1197

1198 1199

1200

1201

1202

1203

1204

12051206

12071208

1209

1210

1211

12121213

1214

12151216

1217

1218

12191220

1221

1222

o preocupa. É um enfraquecimento e quase uma falência do órgão quando falam de Ética, da função do plenário e como tratam isso internamente. Considera muito preocupante que desvirtuem isto, e acha que interesses acabam direta ou indiretamente se manifestando, infelizmente. 14) Rodrigo Toledo registra aqui que se sente bastante entristecido com todo esse cenário construído e que se abstém de votar. 15) Rodrigo Presotto vota pelo seguimento da votação, por entender que têm as condições para fazer esse encaminhamento nesta data, que era, inclusive, o ponto de pauta inicial. E, a exemplo do que foi colocado por Beatriz Mattos, apesar de não ter sido cientificado, entende que há condições de responder a qualquer tipo de Representação contra eles, mas que isso não infere, não incorre em nenhum tipo de irregularidade a partir da perspectiva da recomposição da Comissão de Ética em virtude de uma questão de necessidade. 16) Edgar Rodrigues vota pela votação nesta data da Comissão de Ética. 17) Maria Mercedes Whitaker Guarnieri vota pela recomposição da COE nesta data. 18) Regiane Aparecida Piva vota pela recomposição nesta data, sendo coerente com sua fala anterior. Não se sento beneficiada por nenhuma recomposição que aqui se dê, independente da forma que ela se dê nesta data. Pensa que há um plenário com muita vontade de trabalhar, com muito alinhamento político pelas questões da categoria que os votaram, muito aberto para dialogar com esta categoria. Enquanto plenário, independente do movimento que se componha, pensa que é muito importante que sejam abertos a esclarecer ou elucidar, a categoria. Está tranquila em relação às recomposições, pensa que acabam de mudar a Diretoria e acha que é muito correto chamar uma plenária para rever a forma que este plenário está organizando nos seus Núcleos e Comissões e, por isso, acha que devem dar andamento a esse trabalho nesta data. 19) Márcio Magalhães da Silva vota pela realização da recomposição nesta data. Entende que a justificativa já foi dada, de que entendem que há as condições para que isso ocorra hoje. Queria dizer que não teve a intenção de debochar do nome do outro grupo, mas que talvez tenha sido um lapso daquilo que pensa que esse grupo representa e, então, podem concordar ou discordar disso. Aproveita para dizer que, no momento, não irá dizer nada, para não estender ou incentivar esse tipo de provocação. 20) Reginaldo Branco vota pela recondução da presidência da COE nesta data, assim como das outras Comissões e Núcleos. Pensaram na recomposição da nova Diretoria e já tinham, também, pensado na composição desses outros espaços, inclusive, com indicações de nomes, então, acha legítimo que a Diretoria e este plenário proponham essas mudanças, neste momento. 21) Guilherme Raggi vota pela recomposição nesta data, justamente por entender que é possível, porque é uma decisão plenária. Já tomaram diversas decisões que não lhe foram caras, então, entende que podem fazer qualquer tipo



1224

1225

12261227

1228

12291230

1231

1232

1233

1234

1235

1236

1237

1238

12391240

1241

1242

1243

1244

1245

1246

1247

1248

1249

12501251

1252

1253

1254

1255

1256

1257

de decisão junto com este coletivo. Então, apenas fará essa justificativa. 22) Maria Rozineti Gonçalves vota pela recomposição nesta data das Comissões que estão repassando. E quer reafirmar que não estão tirando as pessoas, estão compondo de maneira diferente este plenário, somente isso. Mas as pessoas tem todo o direito de permanecer, de trabalhar, de continuar naquilo que são os princípios pelo qual foram eleitas/os. A questão é que a confiança foi abalada. Como diz a própria Andrea, este plenário tem se tornado moroso e lento e, a partir da fala dela, entende que todos se responsabilizam por isso e precisam avançar nos trabalhos para o qual foram eleitos. Representam 94 (noventa e quatro) mil psicólogas/os, não estão aqui para brincar, estão aqui para fazer o melhor, e esse melhor é dentro dos preceitos da Ética e de tudo que validam com a categoria. Então, vota pela recomposição, achando que têm total condição de repensar os passos e mantendo alinhado a tudo que construíram e aos princípios pelos quais uma parcela das/os 94 (noventa e quatro) mil psicólogas/os os elegeram, representando toda a categoria. 23) Suely Ortiz vota pela possibilidade de abrirem para votação, entendendo que já se colocou anteriormente com as razões explicitadas. Diz que a fala de Maria Rozineti a contempla totalmente. Acha que é isso que estão fazendo aqui, tentando manter o compromisso com a plataforma que assumiram e dessa construção que está ainda em processo. Acredita que precisam avançar nessa construção e que tem um grupo grande para representar e estão tentando fazer da melhor forma e continuarão tentando. 24) Luciana Stoppa se abstém, pelo voto de minerva. Resultado da votação: 2 (duas) abstenções (Rodrigo Toledo e Luciana Stoppa); 8 (oito) votos pelo adiamento (Vinicius Cesca, Andrea Mataresi, Aristeu Bertelli, Evelyn Sayeg, Mary Ueta, Bruna Lavinas Jardim Falleiros, Mauricio Marinho Iwai e Ed Otsuka); e, 14 (quatorze) votos pela manutenção da decisão hoje (Monalisa Muniz dos Nascimento, Ivani Francisco de Oliveira, Ivana do Carmo Souza, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Beatriz Marques Mattos, Rodrigo Presotto, Edgar Rodrigues, Maria Mercedes Bicudo Guarnieri, Regiane Aparecida Piva, Marcio Magalhães, Reginaldo Branco, Guilherme Raggi Pereira, Maria Rozineti Goncalves e Suely Ortiz. Portanto, pela maioria deste plenário, está mantida a decisão de recomposição nesta data. Guilherme Raggi questiona quem são as pessoas que gostariam de compor esse local de presidência da Comissão de Ética novamente. Anuncia que Andrea Mataresi se dispôs e que o conselheiro Reginaldo Branco gostaria de falar. Considerações do plenário: 1) Reginaldo Branco da Silva comenta que teria sido indicado para também ocupar esse lugar da presidência da COE, mas já vinha conversando com o conselheiro Rodrigo Toledo, neste momento, o indica para ocupar este lugar, por entender que poderá conduzir melhor os trabalhos e, também, porque tem o desejo de continuar na



1259

1260

1261

1262

1263

1264

12651266

1267

1268

1269

1270

1271

1272

1273

12741275

1276

12771278

1279

1280

12811282

1283

12841285

1286

12871288

1289

1290

12911292

coordenação da CDH. Assim, pede sua exclusão dos indicados. 2) Rodrigo Toledo aceita a indicação. 3) Vinicius Cesca indica a manutenção da conselheira Andrea Mataresi na presidência da COE. E diz que gostaria de entender, para saber se prossegue sua fala ou não, como conduzirão o debate disso. Porque defende que haja defesa das candidaturas, não somente defesa, como também debate sobre isso e que possam ter uma rodada de conversa que, minimamente, explicite os motivos. Porque vem tentando construir uma discussão, na linha do que a Maria Rozineti apontou, inclusive: há uma responsabilidade pública com 94 (noventa e quatro) mil pessoas e acha que não é possível que uma maioria constituída faça isso a base da força, sem minimamente, discutir que cenário é esse. Se for garantido esse debate, poderá fazê-lo já na sequência. 4) Guilherme Raggi sugere, neste mesmo sentido apresentado por Vinicius, que, seguindo a lógica que todos os votos tem sido nominais e motivados, entende que faz sentido e que seria importante, assim, quer pactuar com o plenário como será a metodologia. 5) Rodrigo Presotto defende a proposta apresentada pela mesa inicialmente, na abertura dos trabalhos, de que tenham duas defesas de candidaturas e, depois, façam o encaminhamento para votação. Porque depois na votação motivada, terão condições de justificar melhor o voto. 6) Vinicius Cesca de Lima diz que o debate não foi feito até o momento e, portanto, não se sente contemplado na possibilidade de 2 (duas) falas de cada lado. Entende que é uma condição necessária. Então, acha que o debate é fundamental, no sentido da responsabilidade que tem da motivação. Diz isso porque assim já parte de muitas suspeitas de motivações, inclusive, sendo a primeira delas a que o leva a acreditar qual seria a urgência para que um dos primeiros atos da Diretoria empossada seja convocar uma Plenária Extraordinária para recomposições. A princípio, gostaria de entender a motivação disso, o que uma fala de cada lado não contemplaria. Sugere que possam ter duas falas de defesa, inicialmente. Se qualquer conselheira/o não estiver contemplada/o naquilo que for apresentado, que abrir mais uma rodada de, pelo menos, 2 (duas) falas de cada lado. Acredita que isso é uma mínima para que possam ter um debate das questões. Que não seja mais uma vez, como já, infelizmente, viu em outras circunstâncias, a imposição de força de uma maioria. Entende que a democracia não é só o voto, mas é a possibilidade de debate, inclusive, a garantia de voz a posições minoritárias. 7) Guilherme Raggi agradece e comenta sobre a questão do tempo. Então, gostaria de pactuar quanto tempo de cada defesa. Então, pela proposta do Vinicius, seriam 2 (duas) defesas para cada candidato, inicialmente. Então, questiona se seriam 2 (duas) defesas para cada lado alternadas ou diretas. 8) Regiane Aparecida Piva defende a proposta apresentada pelo conselheiro Rodrigo Presotto, que se tenha uma defesa para cada um dos nomes indicados e que justifiquem as motivações, o



1294

1295

1296 1297

1298

12991300

1301

13021303

1304

1305

1306

1307

1308

13091310

1311

13121313

1314

1315

13161317

1318

13191320

1321

13221323

1324

1325

13261327

porque da escolha. Já aceitaram fazer um voto justificado e penso que entende que é preciso dar andamento aos trabalhos. Tiveram duas rodadas de preparação para este momento. Então, é o porque defenderam a votação hoje, é algo que está registrado em ata. Assim, sua defesa é que tenham 1 (um) justificativa para cada lado e, depois, encaminham para votação. 9) Andrea Mataresi diz querer marcar que uma votação sem debate não é democracia. Tinham defendido fazer de uma forma diferente, o que tem se mostrado uma falácia. No dia seguinte à posse dessa nova Diretoria, chamaram uma Plenária Extraordinária. Acha que não garantir o debate é algo muito sério, que é o que estão defendendo. Houve alguns argumentos de que garantir a votação hoje é garantir que a COE funcione, que é para garantir o funcionamento deste Conselho porque é moroso. Gostaria que apontassem em que momento a COE trabalhou de forma morosa, em que momento a COE não encaminhou as coisas no tempo hábil e de força ética e séria nesse um ano de gestão, porque duvida que conseguiriam levantar um item de que a COE não encaminhou algo que nas outras instâncias se consegue. 10) Guilherme Raggi passa a palavra ao conselheiro Vinicius, solicitando que tenham um encaminhamento, considerando, inclusive que ainda não delimitaram qual vai ser a decisão. 11) Questão de ordem, Rodrigo Presotto diz que, a menos que Vinicius tenha uma proposta diferente, acredita que há duas propostas colocadas e que precisam encaminhar. Acha que, neste momento, estão escolhendo a formatação do processo de votação, para então entrarem no processo de recomposição ou manutenção da coordenação da COE. Então, acha que primeiro precisam tomar essa decisão e, na sequência, a partir do formato escolhido, fazer as defesas, justificativas ou debates. 12) Vinicius Cesca de Lima agradece a mesa por lhe permitir a fala, apesar do conselheiro Rodrigo Presotto tentar vetá-la. Enfim poderiam continuar a discussão, ao contrário do que os colegas que não têm compromisso democrático querem. Acredita que, como apontou Regiane, a motivação do voto é fundamental. Entende que isso é uma condição sine qua non, não tem como votar sem motivação. Mas, se apresentam uma motivação sem debate prévio, o mínimo que ocorreu é que trouxemos os motivos de casa. Então, o motivo foi discutido e formado, a conviçção foi formada em outro espaço que não seja esse. Precisam discutir para formar convicção, quer ouvir elementos, quer permitir, pensar essas condições. Votar dessa forma não é processo democrático, computar votos cumpre uma formalidade, mas que não garante, de fato, um processo democrático, inclusive de possibilidade de vocalização de questões minoritárias. Então, entendo que, para formar convicção, para poder, inclusive, ter motivação embasada de voto, tem que haver um debate mínimo. Uma fala não é um debate. Por isso, mantém sua proposta de, no mínimo 2 (duas), e se qualquer



1329

1330

1331

1332

1333

13341335

1336

1337

1338

1339

13401341

1342

1343

1344 1345

1346

1347

1348 1349

1350

13511352

1353

13541355

1356

1357

1358

1359

1360

13611362

conselheira/o entender que não foi contemplado, então mais 2 (duas). Entende que esse é um formato que, com controle de tempo, consequem garantir, minimamente, um debate. Não será suficientemente qualificado, mas minimamente um debate. 13) Guilherme Raggi entende que têm elementos e que acha razoável a proposta apresentada pelo conselheiro Vinicius, de terem 2 (duas) falas. Acredita que vinha indicando isso e que têm agora duas questões práticas para resolver, que é se as falas serão intercaladas ou se serão duas falas diretas e qual o tempo garantiriam para isso. Relembra que há a proposta de Regiane, de uma defesa para cada lado, seguido pela votação. 14) Regiane Aparecida Piva repete sua defesa: proposta apresentada pelo conselheiro Rodrigo Presotto, que é que é uma fala de defesa para cada lado. Justifica que tiveram duas rodadas de votação justificada falando sobre o assunto, então, que tenha uma fala para cada lado e em seguida se encaminhe para votação. Pensa que estão há muito tempo, praticamente desde o começo da Plenária na discussão, então, não há como dizer que não tivemos uma discussão sobre o tema e, por isso, gostaria que sua proposta fosse também considerada e que fosse para a votação. 15) Aristeu Bertelli da Silva diz duvidar que tenham, de fato, discutido. Discutiram outras coisas, mas não se discutiu, especificamente, o cargo. Não se discutiu, especificamente, a ocupação, a mudança desse cargo. Não se discutiu o que estão, de fato, querendo fazer. Então, acho que é muito feio e muito prejuízo que se tente atropelar dessa maneira. Justamente a gestão que se coloca para o diálogo quer impedir o dialogo. Porque falaram que teriam mais diálogo, que seria franco, debatido, mas o que está tendo aqui, neste momento, é pura e simplesmente um atropelo. Quer que se não for suficiente, pedirá para escutar novamente. Quer novos argumentos. O que se está fazendo é, basicamente, atropelar. O que discutiram anteriormente, era a pontuação das questões preliminares, que as preliminares não estavam cumpridas, que havia desrespeito ao Art. 9º do CPD, mas não discutiram essas candidaturas, efetivamente. Não discutiram, efetivamente, as candidaturas, em que pese que algumas colegas, como a conselheira Ivana, já terem sinalizado seus votos em uma das motivações. Farão, de fato, um debate para escolher uma pessoa, se pela recondução de Andrea Mataresi ou se pela eleição de Rodrigo Toledo. Qualquer coisa fora disso é pura e simplesmente usar essa história de maioria numérica que se têm para impedir o debate. 16) Questão de ordem, Regiane Piva diz que o conselheiro Vinicius já fez a defesa de sua proposta e que ela já fez a defesa de sua proposta. A fala do conselheiro Aristeu foi para defender uma das propostas, então, pede que a mesa encaminhe para a votação. 17) Guilherme Raggi gostaria de oferecer um encaminhamento, o nível de composição possível. Gostaria de consultar seus colegas para isso. Há duas alternativas e está tentando compor com elas. Uma é que há um problema



1364

1365

1366

1367

1368

13691370

1371

1372

1373

1374

1375

1376

1377

1378

13791380

1381

13821383

1384

1385

13861387

1388

13891390

1391

13921393

1394

13951396

1397

de tempo e acha importante que se garanta o diálogo possível. Então tem duas propostas, uma que se faça duas defesas, mas que elas sejam curtas, de três minutos para cada grupo ou de fazer algo diferente, mas então gostaria de consultar os colegas, que seria de fazer uma pausa nessa discussão, para que se organize o argumento e se faca uma defesa consistente. Seria uma pausa de 10 (dez) minutos para preparar o argumento e mais três de composição. Essa é sua sugestão. 18) Bruna Falleiros comenta que já estão há 30 minutos do teto colocado para a Plenária. Então, acredita que, pela ordem, podem tratar da questão de repactuar o teto, como já foi feito por todas/os em plenárias anteriores, de ao atingir o limite de faltar 30 minutos para o teto, repactuá-lo. Nesse sentido, não sabe se os 10 (dez) minutos propostos por Guilherme serão viáveis por conta disso. 19) Guilherme Raggi comenta que, então, há uma terceira proposta. Está tentando compor com o que foi colocado aqui. Se tiverem essa possibilidade de debate, gostaria de consultar as/os colegas de fazer uma justificativa curta, ou, de não fazê-la. Tudo bem fazêla mais curta. Estão usando o teto de 2 (dois) minutos para cada fala de justificativa, e isso significaria diminuir esse teto para 1 (um) minuto ou talvez menos, se possível. Comenta que o conselheiro Aristeu indicou que teria prejuízo nessa proposta. 20) Beatriz Mattos diz que sua preocupação vai na mesma direção da conselheira Bruna. Acha que já passaram do teto e poderia, primeiro, pensar em um novo horário limite, se irão até às 13h ou até às 14h. Primeiro ver como pensarão o teto e, então, terão condições para se organizarem dentro desse tempo, se vai ser uma ou duas falas, de um ou dois minutos. 21) Evelyn Sayeg diz que sua preocupação é que ficam pensando em como irão fazer, pois ninguém cede naquilo que pensa. Tem a impressão que se tivessem realizado o debate, estariam encaminhando para o fim. Então, acha que é uma reflexão para o plenário fazer internamente, porque continuam nesse movimento e emperrando esse processo de diálogo e deliberação, que acha que é como deveriam fazer a condução da Plenária e queria saber o que a Diretoria tinha pensado quando convocou com horário até às 13h, porque com isso, as/os conselheiras/os assumiram compromissos para depois desse horário. Antes, faziam até às 18h, mas estender até esse horário, sendo que foi convocado até às 13h, é muito complicado. Então, se forem encaminhar para pensar no teto, acha que poderiam colocar isso. 22) Guilherme Raggi coloca que, então, fará uma consulta aos seus colegas da mesa, para tentarem compor uma proposta que possa dar conta disso no plenário. Após, informa que a mesa Diretora deliberou que acata que sejam feitas duas defesas para cada lado, entretanto, entendem que, pelo tempo que demoraram neste debate, manterão o teto de 2 (dois) minutos para cada fala, mantendo, também, a composição de voto motivado posteriormente. Questiona se todas/os estão de acordo.



1399

1400

1401

1402

1403

14041405

1406

1407

14081409

14101411

1412

1413

14141415

1416

1417

1418

1419

14201421

1422

1423

14241425

1426

1427

1428

1429

1430

1431

1432

Sobre o teto para o fim da plenária, questiona se pode ser até às 13h30 ou direto para as 14h. 23) Questão de ordem, Mauricio diz que o incomoda esse teto, porque do mesmo jeito que se organizou, acredita que as coisas tem que ser melhor planejadas, não precisa ir embora nem para almocar, pois não terá tempo para isso. Tem que estar às 14h no seu trabalho, sendo que trabalha em Mauá. 24) Guilherme Raggi se desculpa com Evelyn Sayeg por ter desconsiderado que ela havia feito uma solicitação formal. Na hora de planejar essa plenária extraordinária, por entender que ela trataria apenas de recomposição, e por ser um tópico que, geralmente, fica para o final da plenária, nas últimas horas, imaginaram que 4 (quatro) horas seriam suficientes para fazer os debates. Não foram, entenderam isso e, então, darão conta do que for possível. É uma questão, que precisarão rever a metodologia de plenária. Conclui que tentarão, inicialmente, o teto até às 13h30 e, depois, avaliam o número de pessoas que podem seguir após isso. 25) Luciana Stoppa diz que entende que Guilherme Raggi fez uma proposta de composição, mas que há outra vinda do grupo. Entende que é preciso também colocar essa proposta do grupo para votação. A mesa tem uma proposta que é de 2 (duas) defesas para cada lado com 2 (dois) minutos de fala e, depois, votos motivados. A Regiane e o Rodrigo Presotto tem a proposta de uma fala de defesa para cada lado e voto motivado. E o Vinicius trouxe a proposta de duas defesas para cada lado, mas sem a definição de tempo e o posterior debate. Assim, entendem que têm 3 (três) propostas e que precisam votar nessas propostas, para que possam dar andamento e finalizar. 26) Regiane Piva acredita que misturaram as coisas, há um ponto que já votaram que encaminharão nesta data. Entende que o Maurício trouxe uma questão pessoal dele, que é importante. Ele disse que a plenária foi chamada até determinado horário, mas como sempre repactuam, está entendendo que Maurício quer estar na Plenária, como diversas vezes ela mesma já apontou. Assim, entende muito bem essa fala, mas, ao mesmo tempo, já votaram que esse ponto será votado hoje. Portanto, entende que devem ser feitos os encaminhamentos possíveis para dar conta disto e para que as pessoas estejam presentes no momento da recomposição. Portanto, entende que devem seguir com aquilo que já foi votado anteriormente, que é terminar, ao menos, este ponto. Concorda que sigam sem almoço, como apontou o Maurício, mas terão que ir repactuando o teto, momento a momento, para garantir que esse ponto passe. O ponto já votado, já foi extrapolado, então, enquanto ainda tiverem teto, irão terminar. Se quiserem abrir defesas, quantas forem, devem consideram que isso levará mais tempo. Isso, se tiver quórum, lógico. 27) Questão de ordem, Andrea Mataresi diz que agora ficou claro: enquanto tiver quórum nesta Diretoria isso pode acontecer. Nesta Diretoria, chamam uma Plenária até uma hora da tarde, mas já estavam



1434

1435

1436

1437

1438

14391440

1441

14421443

1444

14451446

1447

1448

14491450

1451

1452

1453

1454

1455

14561457

1458

14591460

1461

14621463

1464

1465

14661467

conversando, de chamar uma plenária até às 13h, e então podem mudar como quiserem. Relata que precisa almoçar, amamentar sua filha e voltar para casa. Diz que questionavam estender o teto das plenárias na época da Diretoria anterior. Pede que sejam coerentes com a defesa que fizeram quando deram o golpe. 28) Regiane Piva diz que precisa concluir, mas que não pode ignorar o que a Andrea acabou de dizer. Diz que não quer dizer enquanto houver quórum e sim que já votaram que esse ponto seria terminado nesta data. Não tendo quórum, não terminarão esse ponto nesta data, mas, enquanto houver, terão que rever o teto para terminá-lo. 29) Questão de esclarecimento, Andrea Mataresi questiona se vale a questão do quórum nesta mesa diretora pois, na diretoria passada, não valia. Pede esclarecimento da presidenta do Conselho. 30) Luciana Stoppa diz que não entendeu o questionamento, indicando que a questão do quórum é regimental para que a plenária exista. Diz que em outros momentos já encerraram a plenária por não terem quórum. Assim, questiona a Andrea sobre a dúvida. 31) Andrea Mataresi explica que Luciana era uma conselheira que brigava em estender o horário e que agora está defendendo seu grupo, está defendendo que continuem enquanto os desejos de seu grupo não forem cumpridos. Questiona se realmente entendem que em 4 (quatro) horas conseguiriam fazer uma discussão tão séria quanto retirar a presidência da COE, as representações em espaços de controle e de outros espaços porque querem decidir o grupo político, os expulsar de seus lugares, isso porque queriam tratorar, só que não bancam tratorar, não bancam isso. Bancam politicamente, porque saem da sala para falar no telefone e descobrir o que farão, quais serão os próximos passos. Gostaria de saber se essa mesa diretora autoriza manter a plenária enquanto tem quórum, porque na Diretoria passada isso não era autorizado. 32) Guilherme Raggi diz que já ia responder isso, que entende perfeitamente que com o chamamento da plenária, ainda tem pessoas que irão viajar nesta data. Então, como a própria Luciana trouxe, o quórum é necessário, mas esta plenária foi chamada até às 13 horas e farão o máximo para fazer. Então, quer saber se é possível repactuar esse teto até às 14h, de maneira imutável. Encerram este ponto até às 14 horas, uma vez que já definiram que o ponto seria votado hoje. 33) Vinicius Cesca diz que irá passar para os demais inscritos, mas que gostaria de deixar registrado e pedir que a mesa diretora se recorde que no ponto que ainda tratava sobre como faria as defesas, as candidaturas, ainda gostaria de fazer uma consideração de encaminhamento, para que possa ser retomada, quando esse ponto for retomado. 34) Regiane Piva pede esclarecimento. 35) Aristeu Bertelli comenta sobre como é bonito ver que as coisas vão mudando, porque anteriormente tinha severos problemas em conseguir postergar uma plenária, fazer com que uma plenária acontecesse e, agora, neste novo tempo que se



1469

1470

1471

1472

1473

14741475

1476

14771478

1479

1480

14811482

1483

14841485

1486

14871488

1489

14901491

1492

1493

14941495

1496

14971498

1499

15001501

1502

colocou, com esta diretoria, as coisas podem mudar ao prazer da conveniência. Sinceramente, assim como Maurício, também se organizou para ficar aqui até às 13 horas e irá usar o argumento que teve que escutar várias vezes, enquanto esteve nessa mesa, que era que gostaria de participar de todos os encaminhamentos, acha que é importante. que é relevante, e acha que postergar, como estão querendo fazer, é uma maneira de ficar impedindo algumas pessoas de participar. Entende que é um prejuízo, que marcaram até 13h e, assim, se foram postergar alguma coisa, que sigam até, no máximo, 13h30 e, ainda assim, não conseguirá ficar. Ou então, chamem uma nova Plenária Extraordinária, porque, sinceramente, durante muito tempo, teve que escutar esse tipo de argumento. Agora, na condição de retornar para esse lugar do plenário, gostaria de ter respeitado esses horários, que possam seguir dessa maneira. Acha importante que respeitem isso. 36) Bruna Lavinas diz que entende que o assunto já foi bastante debatido, mas gostaria que se garantisse que antes do fim da Plenária que a Diretoria explicitasse quais são as intenções com relação ao Planejamento Estratégico. 37) Questão de ordem, Rodrigo Presotto gostaria de retomar um aspecto: a Diretoria apresentou uma proposta alternativa com relação às outras duas e, pede a gentileza de votarem. Pensou na sua proposta e levou em consideração o respeito aos colegas que estavam planejados, programados para estarem até às 13 horas, então, gostaria que fizessem esse encaminhamento, porque, a partir da sua proposta, acredita que terão condições de vencer o ponto de pauta. 38) Questão de ordem, Maurício Iwai diz que gostaria de diferenciar: a conselheira Regiane Piva fala de um jeito, ela corrigiu umas coisas, mas ainda acha que tem uma questão que é que não se identifica com os momentos anteriores quando ela falava de seu desejo de continuar na Plenária. Acha que tem uma questão estrutural que ela traz e que é legítima. Mas, neste caso, estão falando de uma plenária que se estenderia por manhã e tarde e que deveria ter sido pensada assim, para que pudessem organizar. Então, não estão na mesma situação. Não está na mesma situação que Regiane esteve anteriormente. Ressalta que gostaria de ter preservado seu direito de participar da recomposição, que não se faz necessária, do ponto de vista estrutural, ou seja, não se tem uma necessidade de se preencher esse espaço, pois o espaço já está preenchido. Acha extremamente legítimo que possa estar presente, terá que sair em 10 (dez) minutos e não concorda com o teto das 14h. 39) Guilherme Raggi diz que gostaria de responder ao questionamento da conselheira Bruna e garantir, também, que o conselheiro Vinicius possa falar. Dialogando com o que foi trazido pelo conselheiro Mauricio, indica que começaram esta plenária às 09h20 e fizeram um informe curto sobre isso em diálogo com a equipe técnica do Conselho. Entenderam que talvez, a peça orçamentaria, por não estar pronta, não dava elementos suficientes para



1504

1505

1506

1507

1508

15091510

1511

15121513

1514

1515

1516

1517

1518

15191520

1521

15221523

1524

1525

15261527

1528

15291530

1531

15321533

1534

1535

15361537

que possam tomar a decisão com segurança, sobre o Planejamento Estratégico. Identificaram alguns fatores que não haviam sido contemplados anteriormente. Por exemplo - o gerente geral, Diógenes Pepe está aqui, inclusive - a taxa de juros para o ano que vem será diferente, mas não irá se estender nisso agora. Têm alguns desses elementos, pode mandar um e-mail adequado sobre isso, que já tem, inclusive, um texto pronto, mas que não teve tempo de finalizar. Tinham hoje a pauta marcada originalmente para o Planejamento Estratégico e fizeram o cancelamento do Planejamento e a convocação desta Plenária com a maior brevidade possível. Sente que tenham marcado coisas no horário, entre um cancelamento e outro e sente mesmo. Irão garantir que essa votação seja feita nesta data, pois já foi uma decisão do plenário. No informe que deu, falou quais são os caminhos e estão procurando uma consultoria para ajudá-los a finalizar esse processo, considerando esses fatores. Sugeriram que isso seja comunicado posteriormente ao plenário. Checaram com o CFP a questão regimental do prazo e há a possibilidade de enviar o orçamento separado do orçamento programa. Assim, mandarão o geral das ações e não o detalhamento. Isso já está adequado, já está certo. Esse, como não é o ponto, será feito no dia 28 de outubro, porque até o dia 31 de outubro há essa possibilidade. 40) Questão de ordem, Edgar Rodrigues acha que esses informes podem ser dados ao final, pois estão aqui para fazer uma recondução da presidência da COE. Acredita que é isso que irão discutir neste momento. Aprovaram hoje que esteve ponto seria votado nesta data ainda e defende que seja votado. Porque, todas as vezes que pactuaram a saída para o ponto de pauta que estava para ser votado, ele continuava. Então, nesta data, tendo quórum terão a votação. 41) Guilherme Raggi sugere que encerrem as inscrições e encaminhem. 42) Aristeu Bertelli pede que, assim como muitas pessoas o pediram, que, em respeito à conselheira Bruna, por favor, o conselheiro Edgar baixe um pouco o seu tom de voz, está sendo muito agressivo. Teve, diversas vezes que escutar esse tipo de coisa, foi, inclusive, acusado de machista, de violento, de autoritário, de que seu tom de voz era, excessiva e gratuitamente, violento. Então, por favor, pede que baixe um pouco seu tom de voz. 43) Guilherme Raggi reitera a fala do conselheiro Aristeu, de que todas/os mantenham o decoro. E, então, tinham uma última fala do conselheiro Vinicius, que estava com a fala concedida há um tempo e questiona se ele já gostaria de fazê-la. 44) Vinicius Cesca diz que há uma questão em aberto que é o teto, mas que sua fala não será sobre isso. Sua fala é a respeito do encaminhamento proposto por Luciana, com relação a como compensariam o processo de debate em relação à recomposição da COE. Questiona se faz sua fala primeiro ou se devem esgotar a discussão do teto antes. Irá reabrir outro assunto. Acredita que tem outro assunto que avançou, que é a questão do



1539

1540

1541

1542

1543

15441545

1546

1547

1548

1549

1550

1551

1552

1553

1554

15551556

1557

1558

1559

1560

1561

15621563

15641565

1566

1567

1568

1569

15701571

1572

teto para encerrarem, por isso, pediu para segurar sua fala para o momento em que essa discussão voltasse. 45) Maria Rozineti diz ser contrária à proposta, defende que definam o método e, então, pactuem o tempo, pois uma coisa está implicada na outra. Tendo em vista que já pactuaram que, ao menos, devem encerrar este ponto de pauta. 46) Questão de ordem, Andrea Mataresi diz que acredita que votarão isso, conforme a plenária decidiu. Só que esta plenária foi chamada há cinco dias, após o cancelamento de um evento. Não podem ficar adiando o término de uma Plenária que foi chamada há cindo dias atrás. É uma falta de respeito com o plenário. 46) Guilherme Raggi pede, então, que façam o encaminhamento. Há a proposta apresentada pela mesa e gostariam de salientar esta proposta e seguir com ela. É de que se faca duas defesas curtas, de até 2 (dois) minutos e, então, para não avançar o teto da pauta, fazer justificativa de voto mais curta. 47) Bruna Lavinas questiona se seguirão com as propostas sem pactuar o teto antes, porque passarão do teto estabelecido. 48) Guilherme Raggi pontua que, então, farão o seguinte. Primeiro decidirão o teto, para às 13h30, especialmente para as/os colegas que trabalham. Pede que a votação do aceite do teto seja por aclamação. 49) Vinicius Cesca questiona se o teto é 13h30, irrevogavelmente. Pois antes tinham proposto até às 14h. 50) Guilherme Raggi diz que foi perfeita a colocação de Vinicius. 51) Maria Rozineti diz que entende que já está claro pelo menos um ponto desta pauta, que é que a encerrarão nesta data. É algo que já está claro para todo mundo. Se o plenário, como um todo, decidir o contrário, podem revogar o contrário. Agora, está claro que precisam avançar com pelo menos um ponto da pauta, que já foi amplamente debatido. 52) Luciana Stoppa diz que gostaria de relembrar que em outros momento também não cumpriram os compromissos de pauta, as tarefas e que pactuaram e se comprometeram, a exemplo do PE que não se consequiu finalizar a tempo, a terminar, ao menos a pactuação das ações. Quer relembrar que este não é o primeiro e nem o último momento em que não deram conta daquilo que se propuseram. Assim, entende que devem finalizar este ponto da pauta. 53) Regiane Piva diz que acha que hoje foi manifestado tudo que precisava. Ela própria já falou, assim como os conselheiros Maurício e Aristeu com relação à questão de já terem discutido no passado o teto. Estão rediscutindo, inverteram as posições, há pessoas que defendiam continuar e que agora defendem encerrar. Seu posicionamento continua igual. Mas, antes disso, utilizaram hoje esse espaço de plenária e votaram justificadamente de que este ponto seria votado hoje. Então é uma questão Regimental: já votaram que este ponto seria votado hoje, justificamos o porquê, foi um encaminhamento dado pela maioria de votos, mesmo considerando os votos de abstenção. Então, não acredita que possa se ter um teto irrevogável, pois há um ponto que já deliberaram que seria votado hoje e, assim, devem



1574

1575

1576

1577

1578

1579

15801581

15821583

1584

1585

15861587

1588

15891590

1591

15921593

1594

15951596

1597

1598

15991600

1601

1602

1603

1604

16051606

1607

seguir com isto enquanto houver quórum suficiente. Não podem revogar algo que já votaram, a não ser por votação novamente, mas isso demandaria ainda mais tempo da plenária. Então, devem entender que irão terminar hoje, é algo que já foi apresentado, votado e justificado. Assim, entende que podem ir revendo o teto, que se pactue que não se inicie outro ponto, que se encerre ao final deste. E, então, concorda que tentem ser objetivos, para garantir a maioria de pessoas participando da votação deste ponto. 54) Luciana Stoppa pede ao plenário que se atenha a discussão que precisam realizar hoje. 55) Questão de ordem. Mauricio Iwai diz que não se trata de trazer um pauta, entende que o que difere esta Diretoria da anterior é que a anterior não trazia pautas particulares, trazia o que está no projeto da gestão e o que está na plataforma e era muito difícil avançar com isso. Mas, entende que não há somente um encaminhamento, quando se fala de um teto ou de garantir a pauta, são dois encaminhamentos diferentes. Registra que está muito descontente por ter que sair sendo totalmente descontemplado no momento em que será votada uma recomposição completamente desnecessária. Uma recomposição que não é essencial para a categoria, que não é essencial para o projeto político e cujo lugar não está vago, portanto, não há urgência para ser preenchido. Enquanto deveria estar fazendo o Planejamento Estratégico que não está feito - para não dizer mal feito. Diz, ainda, que irá compartilhar isso com as pessoas que o acessam e que irão publicizar isso, sequindo o compromisso com a transparência. 56) Guilherme Raggi registra a saída do conselheiro Maurício Iwai. 57) Questão de ordem, Bruna Falleiros gostaria de rememorar que se por um período trabalharam com quórum, houve um momento que, por solicitação de grande parte das/os conselheira/os deste plenário, isso foi revisto. E, a partir de então, passaram a trabalhar com teto e não com quórum, de comum acordo entre as pessoas presentes aqui. Questiona se, a partir da mudança de Diretoria, irão desconsiderar todas as decisões até o momento. Entende que é algo que deve ser explicitado. 58) Guilherme Raggi informa que tentarão fazer o encaminhamento dessa situação: há o teto a definir. 59) Vinicius Cesca indica que fará uma proposta de encaminhamento a questão do teto, recordando que ainda tem uma proposta de encaminhamento da discussão, que, de sua parte, é o esforço de tentar compor o encaminhamento possível. Espera que seja ouvido dessa maneira. Sua sugestão é que sigam os trabalhos desta plenária, enquanto teto, até 13h30 ou até encerrarem este debate dos procedimentos em relação à presidência da COE. Para ser mais claro, se encerrarem a discussão das questões relacionadas à presidência da COE antes das 13h30, podem iniciar outra discussão, mas acha improvável que isso ocorra, mas, se até às 13h30 não encerrarem este ponto, aliás, esse tema dentro do ponto, para não gerar confusão, pois o ponto de pauta é um ponto enorme e não acha



1609

1610

1611

1612

1613

16141615

1616

1617

1618

1619

1620

1621

1622

1623

16241625

1626

16271628

1629

1630

1631

16321633

16341635

1636

16371638

1639

1640

16411642

que se comprometerão a esgotá-lo, mas essa discussão que está em curso que já deliberaram de votar a presidência da COE. Então, que sigam até às 13h30 ou até encerrarem a votação. Essa é a sua proposta. 60) Questão de ordem, Andrea Mataresi informa que está com nomes de pessoas que desejam sair da COE e entende que deve passar nesta plenária a exclusão dessas pessoas. Não cabe votação, devem ser retiradas nesta data. 61) Vinicius Cesca diz que apontaria isso informado por Andrea. Quando ela chegou, a pauta de recomposições já estava em curso e ela sinalizou que tem um conjunto de pessoas que solicitam a exclusão da COE e que ele entende que é necessário contemplar isso também. Sua proposta é que sigam com o teto de horário até às 13h30 e, se não for possível dentro desse teto a deliberação, ou seja, a apreciação dos nomes para serem excluídos da COE e a decisão em relação à presidência da COE. 62) Luciana Stoppa indica que entende que essa é a mesma proposta sinalizada pela conselheira Regiane. 63) Guilherme Raggi indica que têm essa possibilidade, então. A sugestão é de se colocar um teto de horário e também como teto o fim da discussão do ponto, o que acontecer por último. Pede que Andrea já passe os nomes das pessoas que solicitam exclusão para a Secretaria. Está entendendo que irão tocar o ponto e apreciar as opções, irrevogavelmente, até às 13h30 ou até o final da deliberação quanto à presidência da COE e a exclusão dos nomes, que sequirão independente do teto. Diz que há consenso na proposta. 64) Vinicius Cesca indica que Luciana Stoppa havia apresentado três propostas, e uma delas, que pelo que recorda foi expressa por Guilherme Raggi, era uma tentativa de composição das propostas. Então, sugere que não seja votado 3 opções, sugere que primeiro se consulte os 2 (dois) proponentes originais, se eles concordam com a proposta feita na tentativa de ser uma composição, porque se isso for possível, abre mão de sua proposta. Mas, se não for possível compor com a proposta que a mesa apresentou, voltará a defender a sua. Portanto, acredita que há uma sugestão de composição e, portanto, que se sinalize se é possível seguir com a composição proposta pela mesa, que é de duas falas de defesa e voto motivado. Se for possível pactuar, já abre sua posição, que é de apoio a essa proposta e, nesse caso, abre mão de sua proposta. 65) Luciana Stoppa reforça que a proposta apresentada por Vinicius não tinha tempo definido e abriria para o debate. A mesa propôs duas falas para cada lado, seguido de voto justificado. Sendo todas as falas de até 2 (dois) minutos. Como o plenário tem consenso com relação à proposta da Diretoria, Luciana pontua que é preciso verificar se serão 2 (duas) defesas seguidas ou alternadas, dizendo que não tem preferência. Há manifestação de que sejam alternadas. Ressalta que as falas deve ter, no máximo, 2 (dois) minutos e, em seguida, encaminham para votação. Questiona quem se candidata a fazer as defesas. Dispõem-se: Vinicius



1644

1645

16461647

1648

1649

16501651

1652

1653

1654

1655

1656

1657

1658

16591660

1661

1662

16631664

1665

1666

16671668

16691670

16711672

1673

1674

1675

1676

1677

Cesca, Regiane Piva, Aristeu Bertelli e Ivani de Oliveira. Defesas: a) Vinicius Cesca faz defesa da manutenção da conselheira Andrea Mataresi na presidência da COE. Primeiro, recuperando alguns princípios, foram eleitas/os para cumprir aquilo que a categoria deliberou nos seus Congressos. Entende que este é o compromisso que assumiram, então acha importante incluir e sinalizar, nesse sentido, que não foram eleitas/os para fazer a defesa. Enfim, o projeto na gestão não é um projeto de movimento político, mas sim do que categoria deliberou em Congresso. Nesse sentido, entende que não há nada que indique descumprimento dessas deliberações pela conselheira Andrea Mataresi. Não fica explícito para ele nenhum elemento que justificaria uma modificação dessa posição. E, além de tudo, acha que fez um trabalho excelente no sentido de tornar a COE um lugar que não seja meramente de cumprimento da burocracia, o que, pra ele, era a leitura que tinha dessa Comissão, até então. Havia uma leitura de que fazer gestão da COE era meramente cumprir formalidade ou cumprir procedimentos, isso foi discutido nos Congressos e apresentaram na plataforma política a necessidade de que COE se transformasse em um espaço de gestão da informação, um lugar estratégico dentro da gestão, que fornecesse à categoria e à sociedade elementos em relação ao seu exercício profissional e não meramente um espaço de tramitação de processos de cumprimento de procedimentos. Acha que fez isso de uma maneira muito expressiva, muito significativa. Então, entende que é fundamental para que esse trabalho possa ser continuado desta maneira. Além disso, acha que há um elemento que acha fundamental do compromisso que ela demonstrou na gestão da COE, por ser função precípua, que era sem limite na sua execução, era um lugar de gestão financeira muito complicado, no sentido de que os procedimentos não primavam pela economicidade dos processos. Entende que Andrea conseguiu imprimir uma forma de gestão na COE que respeita a categoria nesse sentido, sem nenhum prejuízo de qualidade do trabalho executado. Então, voto defendendo a continuidade desse trabalho, por entender que não há nada que desabone. b) Regiane Piva faz sua defesa pelo nome de Rodrigo Toledo e diz que gostaria de falar olhando para ele. Se sente à vontade para defender o seu nome porque não são amigos pessoais. Infelizmente, pouco tiveram contato neste ano de gestão, mas trabalharam juntos em muitas Plenárias Éticas e teve como observar a condução dos trabalhos feitas por ele. enquanto Comissão de Ética e à frente de muitas Plenárias Éticas, e em um papel que acha muito importante, que é de assumir as tarefas daquele momento e tirar dúvidas do plenário com relação aos trâmites. Acha que é muito importante ter esse papel na Comissão de Ética. Já foi da Comissão de Ética e foi algo que lhe causou admiração, tendo diversas vezes verbalizado isso, sobre a forma de condução dos trabalhos. Como já



1679

1680

1681

1682

1683

1684

16851686

1687

1688

1689

1690 1691

1692

1693

1694 1695

1696

16971698

1699

17001701

1702

1703

17041705

17061707

1708

1709

1710

17111712

disse em outras defesas, como quando defendeu a atual Diretoria, pensa que todas/os que estão neste plenário e são conselheiras/os têm todas as condições de estarem nos diversos espaços desta plenária. Acha que não há impedimento para que o Rodrigo esteja, ao contrário, ele tem total condição e demonstrou isso nesse ano enquanto ele esteve à frente de muitos trabalhos que, ao menos, ela teve a oportunidade de acompanhar na COE. c) Aristeu Bertelli defende a manutenção da colega e amiga e, não somente isso, da pessoa e gestora que conseguiu impor rigor, ética, justeza, dentro daquilo que é o necessário deste compromisso. Acha que vale recordar que quando ainda eram uma chapa, ela foi uma das pessoas que ajudou a compor o material do grupo, o texto sobre a questão da ética. Então, gostaria sinceramente que figue aqui, mesmo que apenas para retórica, a saber se o colega Rodrigo Toledo chegou a se apropriar disso, se ele tem essa recordação. Vale lembrar e reiterar, também, o que Andrea fez não foi aquilo que era única e exclusivamente o seu interesse, mas aquilo que foi deliberado pela categoria. Ela consegue fazer isso, mesmo enfrentando as desavenças dentro desse plenário, mesmo quando era desgostoso, quando era ruim, quando era necessário ele próprio ter que carregar um pouco mais "nas tintas" para poder mostrar o quão necessário era descentralizar, interiorizar e o quanto isso seria benéfico ao serviço da autarquia. Portanto, o quanto isso reverteria às/aos 94 mil psicólogas/os deste Regional. Então, acha importante manter essa pessoa, reconduzir essa pessoa, porque ela diligentemente comprimiu aquilo que foi deliberado pela categoria, e fez isso no rigor financeiro e econômico e no rigor ético de seu exercício enquanto presidenta dessa Comissão, que é um dos corações deste Regional, deste Conselho e do Sistema. Inclusive, porque lutou para poder criar e implantar, de fato, a Câmara de Mediacão. Acho que isso vai mostrando que, ao contrário do histórico de litigância dentro do Conselho, a Andrea Mataresi conseguiu implementar algo que irá trabalhar pela economia jurídica e pelo alcance da justiça. E precisa terminar dizendo que nada como um dia após o outro, em uma plenária anterior a conselheira Ivani Francisco acusava o conselheiro Rodrigo Toledo de estar tendo algum ganho pessoal com a condução dele à titularidade e hoje ela faz a defesa dele para assumir a COE. d) Ivani Francisco defende o conselheiro Rodrigo Toledo para a presidência da COE pela garantia da qualidade técnica e pela garantia da qualidade ética do serviço prestado à sociedade. É sabido por todos o esforço que esta gestão e o movimento que ocupa esta gestão tem em tirar o caráter policialesco do CRP que outrora foi delegacia de Psicologia. Então, entende que uma pessoa, para ocupar esse lugar, tem que ter uma conduta ética profissional, mas também uma conduta ética pessoal, de alguém que não se refere e nunca se referiu a outra pessoa dentro deste plenário com



1714

1715

17161717

1718

17191720

1721

1722

1723

1724

1725

17261727

1728

17291730

1731

17321733

1734

1735

17361737

1738

17391740

17411742

1743

1744

1745

17461747

xingamento, com palavrões e nem com ameaças. Não se utiliza do braço armado do Estado para levar adiante nenhuma proposta. Então, acredita que tem outro motivos também, como a possibilidade que o Rodrigo tem de mobilizar pessoas novas para compor a Comissão de Ética é brilhante. Manifestações do plenário: 1) Luciana Stoppa diz a Andrea que ela terá direito à fala, mas que o termo "vaca" é muito grave e que ela o ouviu. 2) Andrea Mataresi diz que gostaria que Ivani justificasse duas coisas, ou irá judicializar: Chamou a polícia porque o conselheiro Guilherme foi machista, colocou o dedo em sua cara e disse que só receberia um documento presente a um homem, ao Aristeu Bertelli. Era o seu direito de que ele recebesse. Em outro momento, quando estava grávida, o conselheiro Edgar bateu a porta, colocou o dedo, cheirando álcool, no seu nariz, e a ameaçou. Então, chamou a polícia porque este plenário apresenta questões de gênero, assim como a conselheira Mercedes já apontou várias vezes. Assim, gostaria que a conselheira Ivani elucidasse quando ela ameaçou alguém. Chamou a polícia porque houve uma questão de gênero, chamei a polícia porque foi ameaçada gravida por um conselheiro, chamou a polícia porque o outro colocou o dedo em sua cara e disse que só aceitaria um documento se fosse com a presença de um homem. Chamou e chamaria novamente. Agora, não chamou ninguém de "vaca" e gostaria que tivesse um registro disso. Nunca ameacei ninguém. Então, conselheira Ivani, isso será judicializado e terá que responder sobre isso, porque você fez ameaças sérias, e, pelo rigor ético e técnico, não errou dentro dessa Comissão. 3) Ivani Francisco comenta que, de forma tranquila, pode dizer que em nenhum momento disse que Andrea chamou a policia para este Conselho, apenas disse que o Rodrigo Toledo garante a possibilidade não policialesca desse. Mas pode responder judicialmente, sem nenhum incomodo. Luciana Stoppa encaminha para votação justificada para a presidência da COE, com 2 (dois) minutos de fala. Votação: 1) Vinicius Cesca vota pela permanência da conselheira Andrea Mataresi na presidência da COE, mas, antes de fundamentar outras questões relativas a isso, gostaria de fazer outros registros. Gostaria que a conselheira Maria Rozineti demonstre o que foi falado por ela no microfone. Relembra que esse áudio é de acesso público. Então, que ela se responsabilize ou responda por isso, que ela comprove o que foi dito, o que ela alega que foi dito ou então que ela se retrate. Da mesma maneira que a conselheira Ivani faz um conjunto de acusações da forma leviana, como ela costuma fazer em outros momentos em relação a isso. Outros conselheiros fazem de forma leviana aqui dentro: Rodrigo Presotto fez quando falou de acesso privilegiado de informações, Luciana Stoppa fez quando falou de violência de gênero na plenária passada, Camila Teodoro fez quando falou de machismo na plenária passada. As/os conselheiras/os não se responsabilizam por aquilo que falam. Não



1749

1750

17511752

1753

17541755

1756

1757

1758

1759

1760

1761

1762

1763

17641765

1766

17671768

1769

1770

1771

17721773

1774

1775

17761777

1778

1779

17801781

1782

demonstram, não apontam, não sinalizam e isto é grave. Isso mostra as possibilidades que têm de condução em relação a algumas questões. Acha que uma série de guestões caberia retratação, ou então que se demonstre efetivamente aquilo que está dito. Vota pela manutenção da conselheira Andrea Mataresi na presidência da COE, por tudo que realizou durante este ano, de uma maneira que nada a desabona, como a implantação da Câmara de Mediação, implantação da Câmara de Ética Profissional, investimento, de fato, na regionalização das reuniões da COE, a despeito da resistência, de tentativas de sabotagem de tantas/os conselheiras/os dentro deste plenário; um processo que vem sendo debatido dentro do conselho há tantos anos, com andamento muito moroso e que avançou de maneira incrível dentro de poucos meses pela condução que foi dada e a possibilidade de investir em outro caráter para a COE, que não seja só burocrática, só cumprimento de procedimento. Lamenta que a defesa que a conselheira Regiane Piva fez do outro candidato novamente se fie nisso, de certo domínio nos procedimentos de tirar dúvidas; lamenta se essa é a tônica que o conselheiro Rodrigo Toledo buscava para dar a sua gestão, sua possível gestão na Comissão de Ética, lamenta se retrocederem dessa maneira. 2) Andrea Mataresi vota pela sua permanência, pois em momento algum agiu de forma antiética junto à condução da COE. O conselheiro Rodrigo ficou por 2 (dois) meses na Comissão, pois quando entrou na Diretoria teve que sair de seu exercício na COE. Envergonhar-se-ia se fosse ele de ter uma defesa que diz que a presidenta da COE foi antiética, sendo que esteve na Comissão de Ética que ele estava e, depois, na condição de Diretor. Diz que gostaria que Ivani formalizasse a representação funcional de que ela foi antiética na condução da COE, com materialidade. 3) Aristeu Bertelli diz que tem todo orgulho e serenidade de votar pela recondução da conselheira Andrea Mataresi. Está esperando qualquer pessoa ou conselheira/o deste plenário que levante quais foram as faltas éticas, quais foram as faltas funcionais, as faltas administrativas dela. Vota por uma pessoa que conduziu estritamente aquilo que a categoria pediu, vota pela pessoa que tirou do papel aquilo que há muito tempo ficava no imbróglio dentro deste Conselho, que era a descentralização e regionalização. Vota por uma pessoa que foi eficiente, que foi eficaz, que foi cordata, que foi ética e que atuou. Sua completa solidariedade agora à sua amiga, companheira, Andrea Mataresi que foi questionada no plenário, assim como outras conselheiras também foram, assim como as das Comissão de Comunicação, por exemplo. Mas que essas mulheres, essas conselheiras, nunca se deixaram levar pela vilania, pela pressão com a qual foram tratadas e responderam a altura. O trabalho delas, o trabalho de Andrea na COE e o trabalho das colegas da Comissão de Comunicação, mostra a diligência e o cuidado com que atuaram. Vota nisso, naquilo que é ético, que é eficiente,



1784

1785

17861787

1788

17891790

1791

1792

17931794

1795

17961797

1798

1799 1800

1801

1802 1803

1804

1805

1806

1807

1808

1809 1810

1811 1812

1813

1814

18151816

1817

que é eficaz, que respeita aquilo que a categoria solicitou. Fica evidente pra ele o que estão fazendo, e fica evidente a falta, a carência de uma qualificação das acusações. Então, esperam que quem acusa, que os verdugos/as sejam capazes de qualificar as acusações, porque senão não passará de bravata feita em uma plenária. Para encerrar, deve, sinceramente, dizer que fica evidente para ele a perseguição política do grupo "Cuidar da Profissão" contra aquelas/es conselheiras/os que representam o grupo "Integra - Por uma Psicologia Coletiva". Isso foi visto em vários momento hoje e a retirada sem motivação explicita só mostra que é uma perseguição política. 4) Evelyn Sayeg vota pela conselheira Andrea Mataresi, por entender que ela deu continuidade a um projeto politico pactuado e encaminhado pela campanha. Conduziu de uma forma célere e com bastante disponibilidade a resolução da implantação da Câmara de Mediação. Buscou a qualificação dos processos éticos, das interpretações acerca dos processos éticos constituindo as Câmaras de Ética profissional, onde estão centralizadas algumas pautas que são caras ou que, pelo menos, foram muitas caras para este Conselho historicamente, como a pauta da saúde mental e álcool e outras drogas, buscando uma qualidade técnica desta interpretação e daquilo que colocam, que é necessário e que é importante. Independente das pautas de cada um aqui, espera que estejam, de fato, apropriados daquilo que defendem, para poder isso constar nos processos éticos. E Andrea buscou fazer isso, mesmo com todo o empecilho que foi colocado para ela. Acha que ela colocou, que ela transbordou, aqui algumas questões que são bastante graves, bastante incômodas e este plenário terá que se ver com isso. É muito grave o que ela colocou aqui! E é algo que ela está segurando há algum tempo. Então, vota pela Andrea por tudo que ela representou, até diante do projeto que foi e encaminhamento da Campanha. 5) Mary Ueta vota pela manutenção da presidenta Andrea na COE, por entender que ela conseguiu, de certa forma, colocar em prática o projeto político na questão da regionalização, interiorização e descentralização das ações da COE. Na Subsede encararam este desafio com muitas dificuldades, mas, apesar disso, colocaram esse novo paradigma nessas questões da mediação, da implantação das Câmaras de Mediação, e as/os colaboradoras/es aderiram muito a essa ideia. Então, acha que conseguiram certa autonomia em relação a procedimentos administrativos relativos à COE. Anteriormente a esse processo, tinham uma situação das Comissões, como as de Instrução, que faziam na subsede, onde pessoas do interior e da capital eram deslocados para fazer isso na subsede, o que gerava muitos custos. Não vê a necessidade em impor dessa maneira, e, portanto, acredita que na subsede foram exitosos com a implantação da regionalização da COE. Acho que é muito complicado fazer a defesa atacando a outra pessoa. São



1819

1820

1821 1822

1823

1824 1825

1826

1827 1828

1829

1830

1831

1832

1833

1834 1835

1836

18371838

1839

1840

1841 1842

1843

1844 1845

1846

1847

1848

1849

1850 1851

1852

questionados eticamente alguns procedimentos que serão apurados. Acha que quando é colocado algo assim em Plenária, a pessoa precisa ter materialidade com relação às acusações. É muito grave esse tipo de ataque, é muito violento e, quando há reações, acha que não vale, que não cabe julgar quem está certo ou errado em relação às reações que as pessoas têm. É muito grave isso que está acontecendo aqui, de acusações levianas, então é preciso tomar muito cuidado quando falam da questão ética. 6) Bruna Falleiros vota pela manutenção da Andrea como presidenta da COE, por ter conseguido, apesar de todos os enfretamentos que ela teve que fazer durante esse período, como a Mary bem colocou, de acusações desde a primeira plenária, de questionamento do lugar dela, enfrentar com pulso firme o cumprimento de todas as deliberações do COREP do CNP que, inclusive, já houve a fala aqui em algum momento, que essa recomposição seria por uma questão política. Preocupa-se mais ainda, porque, por uma questão política houve um grande movimento de boa parte deste plenário de impedir que a descentralização e a interiorização fossem realizadas a contento. Diz isso porque também está como membro da COE, e, hoje, gostaria que fosse retirado seu nome de membro da COE. Foi incluída na COE por uma solicitação pessoal da conselheira Andrea, para auxiliá-la no momento de gestação e no período puerpério. Sendo findado esse momento e, se por ventura ela não continuar mais, ou mesmo que ela continue, se exclui porque o momento de puerpério dela já passou, já está em um momento mais tranquilo. Mas, nesse período que acompanhou muito de perto, pôde, realmente, verificar e estar presente nessas discussões, nesses diálogos de dificuldades de algumas subsedes. Então vê um movimento político nisso e se preocupa sobre a intenção do grupo de dizer que irá politicamente nomear outra pessoa, porque não sabe o que irá acontecer no processo de interiorização e descentralização da COE. A instauração do processo de mediação feita de forma primorosa e com uma grande competência, de aproximar vários colaboradores de forma extremamente exitosa, e, também, se preocupa que a mediação possa vir a ser encarada de uma forma conservadora, sendo que a mediação defendida até este momento pelo grupo que está junto com a conselheira Andrea, é de um entendimento de defesa ampla de que a mediação seja para todas as questões, inclusive para violações de direitos humanos. Por isso, vota pela manutenção da conselheira Andrea na COE, apesar de todo o sofrimento que esse lugar colocou a ela durante esse período. 7) Monalisa Muniz vota no Rodrigo Toledo, pois, além de entender que ele tem competência para assumir esse local, não tem problema nenhum dizer que sua preocupação politicamente é importante, de terem a base mais alinhada. 8) Ivani Francisco vota no conselheiro Rodrigo Toledo, aproveitando para relembrar esse plenário que na plenária que ela, equivocadamente, questionou a



1854

1855

18561857

1858

1859

1860 1861

1862

1863

1864

1865

1866

1867

1868

1869 1870

1871

18721873

1874

1875

1876

18771878

1879

1880

1881

1882

1883

1884

1885 1886

1887

titularidade desse Conselheiro, ela pediu desculpas, porque reconheceu que estava equivocada. Reconhece novamente e registra novamente esse pedido de desculpa, para quem não tenha ouvido naquele momento. Acredito que seguir as orientações, as diretrizes do COREP não é algo inventado nesta gestão, é um compromisso que têm com o grupo político. É um compromisso que colocam a todo o momento na plataforma e é um compromisso assumido por todas/os as/os conselheiras/os, alinhado ao grupo político que foi eleito. 9) Ivana do Carmo vota em Rodrigo Toledo. Entende que, na maioria das vezes que tem que fazer ponderações, ele é sempre muito ponderado, tenta não tomar partido de um ou de outro lado. Tenta sempre compreender o que está acontecendo antes. Ele já tem conhecimento do funcionamento, já conhece os processos e os ritos. Acho importante que ele possa continuar. 10) Maria das Graças Mazarin vota no conselheiro Rodrigo Toledo para coordenação da COE porque acredita que ele reúne os predicados necessários, tais como, profissionalismo, postura ética, ponderação e equilíbrio emocional e, enfim, maturidade. 11) Beatriz Mattos vota também o conselheiro Rodrigo Toledo para a presidência da COE. Em seu entendimento, é algo que vai na mesma direção ao que foi colocado por Ivani. Houve ações, até o momento, COE. Não está desqualificando o trabalho realizado na gestão da Andrea, mas acha que o que está sendo seguido está no COREP, está no CNP, são trabalhos que o/a conselheira/o que vier a assumir terão que dar conta. E então, pensando em como dialogar e como escutar, não só o plenário, mas, também as pessoas que estão nas subsedes. Estão iniciando o processo de regionalização em algumas subsedes e precisarão rever como isso está, como foi, o que foi bom. Então, acha que precisarão de alquém com um posicionamento de diálogo e de escuta, para fazer todos os trâmites da COE. 12) Ed Otsuka vota pela permanência de Andrea Mataresi, pela sua inegável competência. Acha um prejuízo para o CRP e para a categoria a ruptura da construção de um trabalho tão bem sucedido. Podem ver pelos gargalos que tinham na COE e que foram se dissolvendo pelo bem sucedido trabalho. Enfim, ela sempre sustentou a ética e compromisso, mesmo com sofrimentos e dificuldades impostas durante esse trajeto. É digna de elogios e admiração. Vota pela permanência da Andrea Mataresi. 13) Rodrigo Toledo se abstém, por estar participando da votação. Mas gostaria de destacar que Aristeu fez uma pergunta que acha importante responder. De fato, não produziu um o texto sobre ética que compôs a campanha, mas, imagina que a conselheira Evelyn Sayeg possa lembrar que teve outras contribuições naquele momento que estavam em campanha. As contribuições foram diversas e, de fato, esta contribuição não fez. Mas teve talvez contribuições que podem ser avaliadas se, de fato, atenderam, foram a contento. Mas, se disponibilizou durante o processo de campanha



1889

1890

1891

1892

1893

1894 1895

1896

1897 1898

1899

1900

1901

19021903

1904

1905 1906

1907 1908

1909

1910 1911

1912

1913

19141915

1916 1917

1918

1919

1920 1921

1922

para participar dela. 14) Rodrigo Presotto vota em Rodrigo Toledo, por entender que ele é um conselheiro e, como apontou Regiane, tem plena condição de dar continuidade às ações de ética. Gostaria de frisar, assim como as/os outras/os conselheiras/os fizeram anteriormente, que há um conjunto de ações a serem desenvolvidas junto a essa Comissão que vem sendo desenvolvidas pelo conjunto de conselheiras/os que, inclusive, participam no momento das plenárias. E, a exemplo do que Regiane colocou, nas oportunidades que acompanhou seu trabalho, Rodrigo Toledo sempre se posicionou de forma bastante mediadora, o que acha extremamente importante, no sentido de os fazerem refletir sobre os encaminhamentos que estão tomando. Ele já esteve, inclusive, na função de diretor. Então, tem condições de compreender a complexidade da tarefa de interiorização dentro do estado a partir dessa perspectiva mais ampla. E, acha importante salientar, embora seja do conhecimento de todas/os, que faz parte do processo democrático que discordem e, mesmo quando houver discordância com relação a alguns momentos em que ele colocou ponto de vista dele que possa ter sido diferente do seu, ele sempre o fez de forma respeitosa. Então, acredita que são credenciais importantes que o colocam em condição de dar continuidade ao que vem sendo realizado e incrementar o processo de interiorização e das ações que vêm desenvolvendo na COE, como a mediação, que entende que é algo que foi assumido pelo plenário. 15) Edgar Rodrigues vota em Rodrigo Toledo para presidência da COE por todas as experiências que teve com ele de trabalhos em Grupos de Trabalho. Ele se mostrou alguém que é possível dialogar, que respeita as opiniões e entende que ele pode contribuir. O tempo que ele esteve na COE, de 2 (dois) meses, antes de assumir a Diretoria deu uma possibilidade de conhecimento da própria COE. Acredita, também, que ele não trabalhará sozinho na COE sendo o presidente, terá outras/os conselheiras/os junto a ele, fazendo o possível, aquilo que foi tirado no COREP, podendo dar sequência a essa gestão. 16) Maria Mercedes Guarnieri vota em Rodrigo Toledo devido ao compromisso ético-politico que se manteve ao longo de toda esta gestão e também nos seus compromissos profissionais. Percebe que ele tem realizado um excelente trabalho nas atividades da COE, tem conhecimento em diversas áreas de atuação da Psicologia, tem uma carreira acadêmica que os faz perceber o quanto se preocupa com a questão ética na formação das/os psicólogas/os. 17) Regiane Aparecida Piva diz que, conforme já disse várias vezes hoje, vota em Rodrigo Toledo. Quer registrar que, assim como seguir as deliberações do COREP e do CNP não é uma novidade desta gestão, pois isso é feito ao longo das gestões e é uma defesa deste plenário, inclusive, de campanha, de todas/os que aqui estão enquanto movimento político, inclusive há falas disso, os processos de interiorização COE e COF também não são algo



1924

1925

1926

1927

1928

19291930

1931

19321933

1934

1935

1936

1937

1938

1939 1940

1941

19421943

1944

1945

1946 1947

1948

1949 1950

1951

1952

1953

1954

1955

19561957

novo desta gestão. Pensa que é uma defesa que fazem e que faz desde a gestão passada e irá continuar fazendo e cobrando que seja feito com responsabilidade, entendendo as questões. Acredita que Rodrigo Toledo entende desse processo. Assim, também, como incluir a mediação nos processos éticos não é algo inventado por esta gestão, infelizmente. Seria muito bom se fosse, acha que é algo que estão dando continuidade e, como defendeu muito na gestão passada, já defendeu no CNP e continuará defendendo nesta gestão. Acha importante registrar isso e que o Rodrigo Toledo dará conta de seguir esses processos que aqui se tem. 18) Márcio Magalhães vota em Rodrigo Toledo, reconhecendo que no último ano tiveram avanços relacionados a COE e entendendo que todas/os, enquanto plenário, são responsáveis pelos avanços que conseguimos alcançar. E defende o nome do Rodrigo porque teve oportunidade de participar de boa parte das plenárias éticas e plenárias de julgamento e, em muitas delas, ele estava presente. Se o que pretendem é implementar no Conselho outra lógica, um paradigma de justiça restaurativa e não de judicialização, vê no Rodrigo Toledo uma pessoa que nas Plenárias das quais participou, sempre defendeu, em muitos momentos, um encaminhamento para mediação de processos que ele mesmo não defenderia e discutiram e entenderam que isso era o melhor em várias situações. Também defende Rodrigo pela postura que ele tentou manter, com dificuldade porque estava numa situação delicada, enquanto estava na Diretoria; ele, em vários momentos, tentou mediar os conflitos. E, entende também que o nome dele é o melhor para esse momento, porque acha que precisam de alguém que possa estabelecer um diálogo com a COF e não vê possibilidade de que isso aconteça se não for com ele na presidência dessa Comissão. 19) Reginaldo Branco vota em Rodrigo Toledo e não acredita que haverá retrocesso nos processos de interiorização e descentralização da COE. Acredita que precisam avançar, e esse avanço será feito com todas/os as/os membras/os ajudando, com certeza. 20) Guilherme Raggi vota em Rodrigo Toledo por entender que, de fato, há sim avanços na gestão e acha que podem avançar muito mais nas questões. Acredita que o contato que teve com ele nos momentos em que ele esteve tanto na Diretoria quanto em plenárias, conseguiu atestar o profissionalismo dele com muita tranquilidade e sua capacidade de diálogo, que é muito necessária neste momento. 21) Maria Rozineti Gonçalves vota em Rodrigo Toledo pois tem total confiança de que ele seguirá com toda a plataforma política e todas nossas deliberações do COREP. Não tem nenhuma dúvida sobre isso! E, seguindo os trabalhos que foram iniciados pela conselheira anterior, o seu destaque seria para algo que já foi dito, mas que cabe destacar, que é sua postura mediadora, o que, para ela, é muito coerente com a fala e a sua prática e isso a faz crer que ele estará no lugar certo. E que tenha condição de trabalhar no exercício da



1959

1960

1961

1962

1963

1964 1965

1966

1967

1968

1969

1970

1971

1972

1973

19741975

1976

1977 1978

1979

1980 1981

19821983

1984 1985

1986

1987

1988

1989

1990 1991

1992

relação de confiança, não somente neste plenário, mas, fora dele também, através da ética que trará aos olhos dos membros deste plenário, que todas/os já têm, mas que à frente da COE poderá ir apontando. Cada vez mais, essa questão da relação de confiança de um trabalho ético irá acontecer entre todas/os e também com a categoria, como apontou a conselheira Maria Mercedes, que é o que Rodrigo já vem fazendo. 22) Suely Ortiz vota no conselheiro Rodrigo Toledo. Entende que continuarão todos os processos de interiorização. É preciso reconhecer que foram feitos avanços nos processo e que ainda precisam avancar. E, acredita que em todos os momentos em que teve a oportunidade. incluindo a recente transição dessa função que está ocupando, Rodrigo esteve disponível e é uma pessoa de quem já gosta há muito tempo. Gosta de muitos desse plenário e considera Rodrigo competente, ético e com todas as condições de seguir neste caminho. 23) Luciana Stoppa se abstém. Encaminhamento: Com 14 (quatorze) votos - Monalisa Muniz, Ivani Francisco de Oliveira, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Ivana do Carmo, Beatriz Mattos, Rodrigo Presotto, Maria Mercedes Guarnieri, Edgar Rodrigues, Regiane Aparecida Piva, Marcio Magalhães da Silva, Reginaldo Branco da Silva, Maria Rozineti Gonçalves, Guilherme Raggi e Suely Ortiz -, Rodrigo Toledo passa à presidência da COE. Houve 07 (sete) votos - Aristeu Bertelli da Silva, Mary Ueta, Evelyn Sayeg, Vinicius Cesca, Andrea Mataresi, Bruna Lavinas Falleiros e Ed Otsuka - para que Andrea Mataresi fosse mantida na presidência da COE; e 02 (duas) abstenções - Rodrigo Toledo e Luciana Stoppa. 2.5.7 – Exclusão de membros e colaboradores da COE – Andrea Mataresi solicita sua exclusão enquanto membro de CI e para elaboração de pareceres da COE. Anuncia que a conselheira Clarice Pimentel Paulon também solicitou sua exclusão, enquanto colaboradora de CI. Ambas por não desejarem colaborar com esta Comissão de Ética. Informa que os membros, Leonardo Zanelli Pereti (06/89634), Victor Barão Freire Vieira (06/100245) e Ronaldo Lopes Coelho (06/99491), segundo eles por não pactuarem com uma Diretoria golpista, conforme o e-mail que encaminharam. Também solicitou a exclusão, enquanto membro de COE, Luís Fernando de Oliveira Saraiva por não ter disponibilidade de tempo para continuar na COE. Sairá de todos os espaços da COE, exceto da Câmara de Mediação da Comissão de Ética. A membra Melina Graziela Pagani pede para sair tanto das Comissões de Instrução, quanto na elaboração de parecer, por entender que não há mais disponibilidade de tempo, devido a seu emprego. A conselheira Bruna Lavinas Falleiros também pediu para ser excluída da condição de conselheira da COE. E registra que a conselheira Luciana Stoppa também precisa ser excluída, por ter assumido a presidência do CRP SP. Encaminhamento: Aprovadas as exclusões indicadas. 2.6) Considerações do plenário - 1) Vinicius Cesca de Lima gostaria de



1994

1995

1996

1997

1998

19992000

2001

20022003

2004

20052006

2007

2008

20092010

2011

20122013

2014

20152016

2017

2018

20192020

20212022

2023

2024

20252026

2027

registrar uma avaliação sua em relação a este processo. Em 12 (doze) meses e meio atrás viveram um momento em que se lembra de ter apontado que discutissem a política a ser desenvolvida e não os nomes. Naquele momento, na Plenária em 24 de setembro de 2016, a discussão foi levada por um caráter personalista, em que não se discutia qual era a política a ser realizada. Isso foi reproduzido em diversos outros momentos da gestão, inclusive no golpe desferido contra a Diretoria e voltou a se repetir hoje. Lamenta esta forma de condução do plenário em relação a essas questões. Não há uma discussão qualificada em relação à política a ser desenvolvida, apenas uma fala genérica do compromisso de cumprir de deliberações de Congresso. Esquece-se que, factualmente, gestões anteriores deste Conselho não cumpriram deliberações do Congresso. Então, fica parecendo um mundo abstrato, como se houvesse este compromisso abstrato, que se garantisse que de fato fosse feito. Mais uma vez, acha que fizeram aqui uma discussão e a maioria impôs uma decisão muito empobrecida de um debate, desqualificada, que aponta, mais uma vez, para questões personalistas, como "eu gosto do Rodrigo Toledo por causa de tal, tal e tal característica pessoal", como se fosse isso que devesse ser observado no âmbito institucional e, mais uma vez, nenhuma palavra dita em relação a que mudança de política justificaria uma recomposição deste espaço a não ser uma sugestão, que ele entende na fala da conselheira Beatriz Mattos de uma revisão do processo de descentralização das reuniões de COE como vinha sendo feita até então. Inclusive, fica confuso, não se sente seguro do que decidiram nesta data, por que outras falas defenderam a mesma candidatura e que tudo continuará como está, outras dizem que irá continuar, mas de forma diferente e as falas que indicam possíveis mudanças, não explicitam quais mudanças são essas. Lamenta que o conselheiro Rodrigo Toledo seguer tenha exposto o que pretende fazer neste espaço. Sai desta plenária sem ter ideia do que será feito na gestão do Rodrigo Toledo na presidência da COE, porque ele se absteve de falar isso. As falas que o defendem são falas que entendeu contraditórias, onde, mais uma vez, caiu-se em um debate personalista, inclusive com contornos, mais uma vez, bastante violentos. Gostaria de poder debater como este plenário, sobretudo com algumas/uns colegas que vem apontando como é que entende alternativas de como as pessoas devem se portar e reagir diante da violência sofrida, porque vem uma série de criticas que também não se explicitam, não se responsabilizam sobremaneira como se lidou durante a violência sofrida e que, às vezes, lhe parece como se estivessem indicando que ser responsável, ser maduro, ser respeitoso é se calar diante da violência sofrida. Acha extremamente incoerente para um projeto político de a Psicologia brasileira defender o silenciamento das pessoas que sofrem violência. Entende que é fundamental que possam fazer esse debate



2029

2030

20312032

2033

20342035

2036

2037

2038

2039

2040

2041

2042

2043

20442045

2046

2047

20482049

20502051

2052

2053

20542055

2056

20572058

2059

2060

20612062

de forma explícita e não velada por meio de acusações indiretas, como este plenário vem fazendo há bastante tempo. Ao falar de condições de violência sofrida, acha que esta é uma pauta que precisam encarar para sair desse campo do velado, do campo do que fica latente. Que possam fazer esse debate explicitamente. Não se sente seguro ética e politicamente sobre qual é a defesa deste plenário em relação à vivência em situações de violência. Mais uma vez, lamenta que essa discussão tenha sido personalista, falando sobre as características pessoais das pessoas, sem falar de questões institucionais, sem falar das políticas que serão desenvolvidas. Outras pessoas já vêm manifestando isso, também. E quando leem que não haverá mudanças abruptas na política desenvolvida, mas, que se quer que seja feita por outra pessoa, acho que falham com a transparência pública, quando se conduz as coisas dessa maneira. Para ele, fica claro, como o conselheiro Aristeu já apontou e que gostaria de reafirmar, que há expressamente um processo de perseguição pessoal e política instalado dentro deste plenário. O golpe que se iniciou há meses atrás e se explicita de forma imponente há 10 (dez) dias atrás e que está sendo aprofundado. O grupo que se constitui majoritário que disfere um golpe contra a Diretoria, aprofunda seu golpe institucional em outros espaços com a mesma irresponsabilidade que fez isso na votação da Diretoria. Repete hoje, com a presidência da COE e os leva a perguntar o que será daqui para frente em relação à reprodução dessa irresponsabilidade desse campo majoritário do plenário. 2) Questão de ordem, Andrea Mataresi gostaria, pela Lei de Acesso à Informação, de ter o áudio desta plenária o mais rápido possível. Acha muito complicado que conselheiras como Maria Rozineti, Luciana Stoppa, Suely Ortiz e Maria Mercedes Guarnieri, que vem falando sobre violência contra a mulher, defendam que algumas violências contra a mulher sejam possíveis e outras não, e que compactuam com o desrespeito que ela sofreu, principalmente pelos conselheiros Edgar Rodrigues, Guilherme Raggi e Rodrigo Presotto em sua condição de gestante e, depois, de lactante, no estado puerpério. Acha bastante complicado compactuarem com isso e nada ser feito, nada ser dito e o tempo todo ser tida - como disse a mentora do grupo que formam, na Bahia, junto de Rodrigo Toledo e Luciana Stoppa, atual presidente do Conselho Regional de Psicologia – como louca. Sendo que, diuturnamente, vem sendo atacada, ameacada, literalmente ameacada pelo conselheiro Edgar Rodrigues. Acha isso muito complicado, atacarem uma mulher quando ela tenta se defender, quando as mulheres que sofrem violência têm poucas armas de defesa. Acha uma vergonha isso estar acontecendo aqui. Também, gostaria de registrar, que acha uma vergonha Rodrigo Toledo não ter se posicionado e decidido qual é a gestão política da COE, uma vez que ele estava presente por 2 (dois) meses e depois esteve na Diretoria. Os colegas de Diretoria



2064

2065

2066

2067

2068

20692070

2071

2072

2073

2074

2075

2076

2077

2078

20792080

2081

20822083

2084

2085

até podem dizer, pois pautava todas as decisões junto da Diretoria, para dar ciência a eles antes e, poucas vezes, ele discordou disso. Então, acha bastante complicado ele assumir a presidência de um lugar, sem dizer a este plenário qual o direcionamento político que ele dará. O que vai mostrando, lhe parece, que tem ares de muita vaidade nisso tudo, nesse lugar que ele ocupa e nas decisões políticas que ele toma em determinados momentos, marcados em momentos muito engraçados da saída dele de um lado e entrada no outro. Então, reafirmando, gostaria de ter acesso a esse áudio o mais breve possível, pois pela Lei, tem direito, porque ele é um registro público. 3) Luciana Stoppa pede que Andrea Mataresi formalize por escrito sua solicitação. 4) Andrea Mataresi informa que formalizará por escrito, mas que já está formalizado em áudio, que também é um documento. 5) Vinicius Cesca, a título de esclarecimento, já que se trata de um dele que ele gosta, a Lei de Acesso à Informação e o Decreto que a regulamenta no âmbito federal, diz que as solicitações podem ser enviadas por qualquer meio válido. Então, não é preciso ser feito por escrito, pode ser feita verbalmente, ela pode ser feita presencialmente. Qualquer pessoa pode chegar aqui no Conselho e falar que quer falar com algum conselheiro e apresentar uma solicitação. Então, só para não se perderem e acabarem tomando procedimentos que são inadequados do ponto de vista administrativo, diz que pedir isto ao vivo, com fala registrada, é mais do que suficiente do ponto de vista legal para garantia deste acesso. 6) Luciana Stoppa concorda e diz que o pedido da conselheira Andrea será encaminhado. Nada mais havendo a tratar, a senhora conselheira presidenta deu por encerrada a sessão às 20 horas, da qual eu, conselheiro tesoureiro, Guilherme Rodrigues Raggi Pereiro, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por todas/os as/os presentes. São Paulo, sete de outubro de dois mil e dezessete.

Andrea Mataresi	Aristeu Bertelli da Silva
Evelyn Sayeg	Guilherme Rodrigues Raggi Pereira
Luciana Stoppa dos Santos	Maria das Graças Mazarin de Araújo
Maria Rozineti Gonçalves	Monalisa Muniz Nascimento



Regiane Aparecida Piva	Reginaldo Branco da Silva
Rodrigo Toledo	Suely Castaldi Ortiz da Silva
Vinicius Cesca de Lima	Beatriz Borges Brambilla
Beatriz Marques Mattos	Bruna Lavinas Jardim Falleiros
Ed Otsuka	Edgar Rodrigues
Ivana do Carmo Souza	Ivani Francisco de Oliveira
Márcio Magalhães da Silva	Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri
Mary Ueta	Maurício Marinho Iwai
Rodrigo Fernando Presotto	